Hornal do Commercio

Manaus, 28 e 29 de março de 2024 Edição nº **44.015**

ITAGUATINGA AGRO INDUSTRIAL S/A -**EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL**

CNPJ nº 11.482.064/0001-92. NIRE 13300009799

A Diretoria da ITAGUATINGA AGRO INDUSTRIAL S/A - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL, no uso das suas atribuições, na forma do art. 123, caput, da Lei nº 6.404/1976, convoca os Acionistas para participarem da Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada, em 1º convocação, no dia 03 de abril de 2024, às 10h30, de forma exclusivamente digital, para: 1. Analisar e votar sobre a eleição do Sr. José Nivaldo Brayner de Araújo como novo Diretor-Presidente para preencher o cargo vago, em face da renúncia do Sr. Paulo Narcélio Simões Amaral, com fulcro no art. 143 da Lei Federa nº 6.404/1976. 2. Analisar e votar sobre a ratificação de todos e quaisquer atos relacionados à 1ª Emissão de Notas Comerciais Escriturais da Nassau Administração e Participações Ltda - Em Recuperação Judicial, praticados isoladamente pelo diretor Guilherme Cavalcanti da Rocha Leitão, desde a renúncia apresentada pelo ex-diretor Paulo Narcélio Simões Amaral, incluindo, mas não se limitando aos atos e documentos celebrados (inclusive garantias). Instruções gerais: 1. A Assembleia Geral Extraordinária será realizada de forma digital pelo sistema eletrônico de videoconferência "Google Meet", através de acesso ao link a ser obtido pelos Acionistas que desejarem participar, com prévia solicitação pelo e-mail divac@nassau.com.br. 2. As Assembleias Gerais realizadas de forma digital serão consideradas como realizadas na Sede da Companhia, conforme previsto na Seção VIII do Anexo V da Instrução Normativa DREI n° 81, de 1° de julho de 2020. Esclarecimentos: 1. Os documentos relacionados à ordem do dia deste edital, bem como o Boletim de Voto à Distância poderão ser solicitados pelo e-mail: divac@nassau.com.br. com devolução deste último à Sociedade, pelo mesmo poderado sel solicitacione pero entinali. Unaculirrada assacionimi, com devolução desde unitira a Sociedade, pero insanio endereço eletrônico, até o dia 29 de março de 2024; 2. Os Acionistas que desejarem participar da Assembleia deverão apresentar documento de identidade e, os que se fizerem representar por outro acionista, administrador da companhia ou advogado, o instrumento de outorga de mandato com especificação dos atos autorizados, conforme dispõe o §1º do art 126 da Lei Federal nº 6.404/1976, além do documento de identidade. Manaus/AM, 26 de março de 2024. Guilh Cavalcanti da Rocha Leitão - Diretor-Presidente.

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº. 002/2024-CPC

A Prefeitura Municipal de Anamã, torna público o resultado do Processo Administrativo nº 009/2024, Pregão Presencial SRP nº 002/2024/PMA OBJETO: Eventual contratação de empresa para fornecimento de combustível, lubrificantes e derivados do petróleo, através da realização do registro de preços para atender as necessidades das secretarias e demais órgãos que integram a Administração Pública de Anamã/AM, conforme termo de referência, oriundo do Processo Administrativo nº 009/2024-PMA Homologar e Adjudicar à Empresa: 1 - W. L. DE LIRA, inscrita no CNPJ sob o n° 05.399.663/0001-44, com o valor dos serviços de R\$ 3.840.650,58 (Três milhões oitocentos e quarenta mil, seiscentos e cinquenta reais e cinquenta e oito centavos).

Publique-se, com efeito, ex tunc, a partir da data da assinatura. Anamã/AM, em 20 de março de 2024. PREFEITURA MUNICIPAL DE ANAMÃ FRANCISCO NUNES BASTOS Prefeito Municipal

O Presente Documento foi Publicado no Placar Oficial de Publicação da Prefeitura de Anamã, em acordo com o Art. 65 da LOAN.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 001/2024

RESULTANTE DA LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2024 PARA SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS; ESPECIE: Ata de Registro de Preços Nº 001/2024, resultante do Processo Licitatório Modalidade Pregão Presencial Nº 002/2024-CPL, realizado a Abertura em 18/03/2024; PARTES: Município de Anamã, através da Secretária Municipal de Administração, Planejamento e Finanças, o fornecedor listado no quadro abaixo: OBJETO: Eventual contratação de empresa para fornecimento de combustível, lubrificantes e derivados do petróleo, através da realização do registro de preços para atender as necessidades das secretarias e demais órgãos que integram a Administração Pública de Anamã/AM. VALOR: Empresa: 1 - W. L. DE LIRA, inscrita no CNPJ sob o n° 05.399.663/0001-44, com o valor dos serviços de R\$ 3.840.650,58 (Três milhões oitocentos e quarenta mil, seiscentos e cinquenta reais e cinquenta e oito centavos); FUNDAMENTO LEGAL: Sistema de Registro de Preços art. 15 da Lei nº 8.666/93 e Decreto Municipal nº 024/2017.OBSERVAÇÃO: A descrição completa do produto encontra-se disponível na Secretaria Municipal de Finanças -Órgão Gerenciador da Ata.

PUBLICAÇÃO: O presente Extrato foi publicado no Quadro de Avisos Gerais da Prefeitura Municipal de Anamã, conforme disposto na Lei Orgânica deste Poder.

Publique-se, com efeito, ex tunc, a partir da data da assinatura. Anamã, em 25 de março de 2024.

RUAM STAYNE BATALHA BASTOS Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Finanças FRANCISCO NUNES BASTOS Prefeito Municipal de Anamã/AM

31.12.2023

48.523

1.675

46 848

48.524

Nota 1 - Contexto Operacional: A WTC MANAUS S.A. é uma empresa constituída em 30/11/1993, transformada em sociedade anônima conforme ATA arquivada na JUCEA sob nº 17517.5 em sessão de 31.07.1997, tendo, hoje, por objetivo a planificação, o desenvolvimento, a promoção, a implantação, a administração a construir de contra de c

hoje, por objetivo a planificação, o desenvolvimento, a promoção, a implan-tação, a administração e a operação do complexo "World Trade Center de Manaus", na cidade de Manaus. As Atividades da empresa se restringirão

Amazônia Legal, nos termos da legislação em vigor. **Nota 2 - Elaboração E Apresentação Das Demonstrações Contábeis:** As demonstrações contá-

beis foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil.

as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orien

tações e Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Con-

tações e Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Na elaboração das demonstrações contábeis, é necessário utilizar
estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As
demonstrações contábeis incluem, portanto, estimativas referentes à seleção das vidas úteis do ativo imobilizado, determinações de provisões para
imposto de renda e outras similares. Os resultados reais podem apresentar
variações em relação às estimativas. Em decorrência da lei 9.249/95, a
qual revogou a correção monetária de balanço, as demonstrações contábeis foram elaboradas sem o reconhecimento dos efeitos inflacionários,
hem como em consequência de a taxa acumulada da inflação verificada
per como em consequência de a taxa acumulada da inflação verificada.

bem como, em consequência de a taxa acumulada da inflação verificada no triênio com base no IGP-M ter sido inferior a 100%. Moeda Funcional de

àquelas consideradas de interesse para o desenvolvimento econôm

Balancos Patrimoniais

Circulante

48.524 Total do Passivo

Não Circulante

Debêntures a Pagar

Empresas Ligadas Dep.p/Aumento Capita

Patrimônio Líquido

-)Capital a Subscreve

-172.783

Capital Autorizado

31.12.2022 Passivo

46 848

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO Nº 002/2024-PMA

Processo Administrativo nº 009/2024, Pregão Presencial SRP nº 002/2024, Ata de Registro de Preços nº 001/24. Contratante: PREFEITURAMUNICIPAL DE ANAMA ANAZONAS CNPJ: 04.628.020/0001-62. Contratada: W. L. DE LIRA, inscrita no CNPJ sob o n° 05.399.663/0001-44. OBJETO: Eventual contratação de empresa para fornecimento de combustível, lubrificantes e derivados do petróleo, através da realização do registro de preços para atender as necessidades das secretarias e demais órgãos que integram a Administração Pública de Anamã/AM. VALOR GLOBAL: com o valor global dos serviços e de R\$ 3.840.650,58 (Três milhões oitocentos e quarenta mil, seiscentos e cinquenta reais e cinquenta e oito centavos). Vigência: 12 meses, período 26/03/2024 à 26/03/2025. Lei Federal 10.520/03. Anamã

> FRANCISCO NUNES BASTOS Prefeito Municipal **CONTRATANTE** W. L. DE LIRA TITULAR DA EMPRESA CONTRATADO

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº. 004/2024-CPL

A Prefeitura Municipal de Anamã, torna público o resultado do Processo Administrativo nº 011/2024, Pregão Presencial SRP nº 004/2023/ PMA. OBJETO: Eventual prestação de serviços de serviços técnicos de manutenção preventiva, corretiva, Manutenção e Instalação de Computadores, Rede, Áudio e Vídeo e Equipamentos de Informática, recarga de tonner e cartuchos e suprimentos, através de Registros de Preços para atender as necessidades do Gabinete do Prefeito, as Secretarias Municipais e Demais Órgãos que integram a Administração Pública do Município Anamã/AM, conforme termo de referência, oriundo do Processo Administrativo nº 011/2024-PMA. Homologar e Adjudicar à Empresa B R SERVICOS ELETRICOS EIRELI-EPP. inscrita no CNPJ sob o n. 22.467.447/0001¬-08, o valor global dos serviços e de R\$ 1.600.800,00 (Um milhão seiscentos mil e oitocentos reais).

Publique-se, com efeito, ex tunc, a partir da data da assinatura. Anamã/AM, em 20 de março de 2024. PREFEITURA MUNICIPAL DE ANAMÃ FRANCISCO NUNES BASTOS

Prefeito Municipal O Presente Documento foi Publicado no Placar Oficial de Publicação da Prefeitura de Anamã, em acordo com o Art. 65 da LOAN.

Estado do Amazonas Prefeitura Municipal de Silves

AVISO DA CHAMADA PÚBLICA 004/2024

O MUNICÍPIO DE SILVES, por meio da Secretaria Municipal de Educação torna público o EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA 004/2024, para credenciar agricultores para fornecimento de gêneros alimentícios destinados à merenda escolar.

Período e local para entrega dos envelopes: 01 de abril a 26 de abril de 2024, no horário de 08:00h. às 14:00h., na Secretaria Municipal de

Local e data para abertura dos envelopes: A abertura dos envelopes e o resultado da Chamada Pública serão proferidos em sessão pública realizada no dia 29 de abril de 2024 às 09:00h no Auditório da Prefeitura Municipal de Silves, localizado na Avenida Senador Álvaro Maia, 01, Centro, Silves/AM.

Requisitos e/ou documentos: Os procedimentos para participação estarão disponíveis no Edital de Chamada Pública 004/2024, que poderão ser analisados ou retirados nas sedes da Secretaria Municipal de Administração e na Prefeitura Municipal de Silves. Outras informações pelo e-mail: licitacao@silves.am.gov.br.

> Silves (AM), 27 de março de 2024. Khary Anny Pereira Lima Membro da Comissão Permanente de Licitação

> > Resultado Operac. antes Rem. Debêntures

Demonstrações dos Flo

Caixa e equivalentes de caixa no final do período

nominal, todas nominativas, com a seguinte composição: Capital Capit

conferidas vantagens patrimoniais superiores.

Lilian de Mello Bomeny - Diretora Pre

mente pela Assembleia Geral Ordinária, constituído por ações sem valor

Autorizado

(R\$) 35.000.000,00

90.000.000,00

As ações preferenciais classe "A" serão subscritas e integralizadas com recursos do Fundo de Investimentos da Amazônia - FINAM, não terão

direito a voto, mas terão participação integral nos resultados da Companhia de modo que a nenhuma outra espécie ou classe de ações poderão ser

Eladir Rodrigues da Silva - Contadora - CRC 1SP150368/O-8 - S/AM

Resultado Abrangente do Exercício

Prejuízo Líquido do Exercício Ajustes por Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais

Atividades De Investimentos

Caixa Líquido Usado nas Atividades de Investimentos

Atividades de Financiamentos

Empréstimos tomados Caixa Líquido Gerado pelas

PREFCLASSE "A"

Resultado do Exercício

Resultado do Exercício

Atividades Operacionais

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO Nº 003/2023-PMA

Processo Administrativo nº 011/2024, Pregão Presencial SRP nº 004/2024, Ata de Registro de Preços nº 002/24. Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE ANAMA ANAZONAS CNPJ: 04.628.020/0001-62. Contratada: B R SERVIÇOS ELETRICOS EIRELI-EPP, inscrita no CNPJ sob o n. 22.467.447/00017-08. OBJETO: Eventual prestação de serviços de serviços técnicos de manutenção preventiva, corretiva, Manutenção e Instalação de Computadores, Rede, Áudio e Vídeo e Equipamentos de Informática, recarga de tonner e cartuchos e suprimentos, através de Registros de Preços para atender as necessidades do Gabinete do Prefeito, as Secretarias Municipais e Demais Órgãos que integram a Administração Pública do Município Anamã/AM. VALOR GLOBAL: com o valor global dos serviços e de R\$ 1.600.800,00 (Um milhão seiscentos mil e oitocentos reais). Vigência: 12 meses, período 26/03/2024 à 26/03/2025. Lei Federal 10.520/03. Anamã

Publique-se, com efeito, ex tunc, a partir da data da assinatura. FRANCISCO NUNES BASTOS Prefeito Municipal CONTRATANTE B R SERVIÇOS ELETRICOS EIRELI-EPP TITULAR DA EMPRESA CONTRATADO

EDITAL DE INTIMAÇÃO

RONALDO DE BRITO LEITE. Oficial do 3° Registro de Imóveis e Protesto de Letras de Manaus-AM, atendendo a requerimento da SWISS PARK MANAUS INCORPORADORA LTDA. e no desempenho das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 26 da Lei n°9.514, de 20 de novembro de 1997, intima os fiduciantes; 1) FRANCILANE GOMES TOMAZ, brasileira, solteira, assistente administrativo, inscrita no CPF nº 016.062.382-05, com matrícula nº 49.206 e intimação prenotada sob o nº 137.039; 2) LEILA MARIA DE LIMA SILVA, brasileira, solteira, empresária, inscrita no CPF n° 659.416.752-91, com matrícula nº 43.893 e intimação prenotada sob o nº 141.559; 3) ANDREA LIMA FERNANDES, brasileira, solteira, militar, inscrita no CPF n° 892.988.452-00, com matrícula nº 49.063 e intimação prenotada sob o nº 141.561; 4) IVSON SANDRO LEITE FERREIRA MARTINS, brasileiro, casado, técnico em radiologia, inscrito no CPF nº 264.873.902-59 e sua esposa PRISCILA LUCIA FERREIRA DE GOES TELES MARTIN, brasileira, casada, médica, inscrita no CPF nº 394.570.792-72, com matrícula nº43.540 e intimação prenotada sob o nº 141.566; 5) RUBEM ANTONIO CAUPER CASTELO BRANCO, brasileiro, casado, contador, inscrito no CPF nº 604.614.542-20, e sua esposa SIMARA DE LIMA CASTELO BRANCO, brasileira, casada, contadora, inscrita no CPF nº 520.467.102-15 com matrícula nº 49.227 e intimação prenotada sob o nº 141.567; 6) KARINA KATLEN MORAES DE LIMA, brasileira, solteira, autônoma, inscrita no CPF nº 030.347.922-12, com matrícula nº 42.506 e intimação prenotada sob o nº 141.568; não encontrados em suas respectivas residências, conforme certidões expedidas por este oficio, para que no prazo de 15 (quinze) dias contados da primeira publicação do presente edital, dar cumprimento às obrigações assumidas perante à SWISS PARK MANAUS INCORPORADORA LTDA., nos termos das escrituras registradas nas matrículas em epígrafe respectivamente, da mencionada serventia, com pagamentos conforme planilha em que são projetadas as quantias apuradas para as datas respectivas, devendo comparecer, para tanto, a este Cartório, sito a Rua Joaquim Sarmento, nº 418, 1º andar - CEP:69.010-020, nesta cidade de Manaus, Estado do Amazonas, ficando, ainda, ressaltado que O NÃO CUMPRIMENTO DA OBRIGAÇÃO. NO PRAZO ASSINALADO. ENSEJARÁ A CONSOLIDAÇÃO DA PROPRIEDADE DOS IMÓVEIS OBJETOS DAS CITADAS MATRÍCULAS, EM FAVOR DO CREDOR FIDUCIÁRIO, SWISS PARK MANAUS INCORPORADORA LTDA. nos termos do §7° do art.26 da Lei n°9.514/97.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PRECOS Nº 002/2022

RESULTANTE DA LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2024 PARA SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS; ESPECIE: Ata de Registro de Preços Nº 002/2024, resultante do Processo Licitatório Modalidade Pregão Presencial Nº 004/2024-CPC, realizado a Abertura em 18/03/2024; PARTES: Município de Anamã, através da Secretária Municipal de Administração, Planejamento e Finanças, o fornecedor listado no quadro abaixo: OBJETO: Eventual prestação de serviços de serviços técnicos de manutenção preventiva, corretiva, Manutenção e Instalação de Computadores, Rede, Áudio e Vídeo e Equipamentos de Informática, recarga de tonner e cartuchos e suprimentos, através de Registros de Precos para atender as necessidades do Gabinete do Prefeito, as Secretarias Municipais e Demais Órgãos que integram a Administração Pública do Município Anamã/AM. VALOR: empresa B R SERVIÇOS ELETRICOS EIRELI-EPP, inscrita no CNPJ sob o n. 22.467.447/00017-08, o valor global dos serviços e de R\$ 1.600.800,00 (Um milhão seiscentos mil e oitocentos reais); FUNDAMENTO LEGAL: Sistema de Registro de Preços art. 15 da Lei nº 8.666/93 e Decreto Municipal nº 024/2017. OBSERVAÇÃO: A descrição completa do produto encontra-se disponível na Secretaria Municipal de Finanças – Órgão Gerenciador da Ata. PUBLICAÇÃO: O presente Extrato foi publicado no Quadro de Avisos

Gerais da Prefeitura Municipal de Anamã, conforme disposto na Lei Orgânica deste Poder.

Publique-se, com efeito, ex tunc, a partir da data da assinatura. Anamã, em 25 de março de 2024. **RUAM STAYNE BATALHA BASTOS**

Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Finanças FRANCISCO NUNES BASTOS Prefeito Municipal de Anamã/AM



Ativo

Circulante

Disponibilidades

Créditos Diversos

Não Circulante

Créditos Diversos

Total do Ativo

Imobilizado técnico

Saldo em 1º.01.2022

Saldo em 31.12.2022

Saldo em 1º.01.2023

Saldo em 31 12 2023

Bancos c/ Movimento

Realizável a Longo Prazo

PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS - TJAM

WTC Manaus S.A. CPNJ/ME n° 00.306.400/0001-20 - Companhia Fechada

Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (valores expressos em Real Mil)

Relatório da Administração: Senhores Acionistas, A Administração da WTC Manaus S.A., no cumprimento das disposições legais e estatutárias, submete ao exame e deliberação dos Senhores Acionistas, as demonstrações financeiras e as respectivas notas explicativas referentes à situação patrimonial e financeira da Companhia, no exercício findo em 31 de dezembro de 2023. Manaus (AM), março de 2024. AAdministração.

que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras divulgadas nas demonstrações financeiras apresentadas em real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. Nota 3 -Principais Práticas Contábeis: a) Os ativos realizáveis e os passíveis exigliveis com prazo até o final do exercício seguinte são classificados como circulante e, após essa data, como não circulantes; b) Teste de recuperabilidade de ativos: a Administração entende que não há necessidade de constituir provisão para perdas desses ativos no exercício;

necessidade de constituir provisão para perdas desses ativos no exercício

c) As despesas e receitas, quando ocorridas, são apropriadas de acordo

com o regime de competência de exercícios; d) Demonstração do Resul

tado e dos Fluxos de Caixa: Na leitura destas demonstrações, considera

tado e dos Fluxos de Caixa: Na leitura destas demonstraçoes, considerar que a empresa não se encontra em atividade operacional, **Nota 4 - Debên-tures**: Conforme consta do artigo 9º do Estatuto Social aprovado na AGE de 26/08/97, até o limite estabelecido em Assembléia Geral Extraordinária, poderá a companhia emitir debêntures nominativas conversíveis em ações ou inconversíveis, na forma da Lei nº 8.167 de 16/01/91, Decreto nº 101 de

base na Lei nº 8.167 de 16/01/91. Nota 5 - Capital Social: O capital social

autorizado da companhia, expresso em moeda corrente nacional, é de R\$

31.12.2023

2.173 1.000

20.456

210.000

-172.783

48.524

-16.714 -16.714

-16.761

31.12.2022

2.126 1.000

20.503

210.000

-172.783

-16.714 **48.524**

Totais 20.544

20.503

20.503

20.456

AVISO DE LICITAÇÃO - COLIC/TJAM

Apresentação: as demonstrações contábeis estão apresentadas em reais, 210.000.000,00 (duzentos e dez milhões de reais), a ser corrigido anual-

O Tribunal de Justica do Amazonas torna público para conhecimento de todos os interessados que se encontra instaurada a licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO tipo MENOR PREÇO POR ITEM.

Pregão Eletrônico nº 005/2024-TJAM

Processo Administrativo nº. 2023/000049954-00

CÓDIGO DA UASG: 925866

Objeto: Aquisição de Containers de lixo e Paletes para atendimento da Divisão de Patrimônio e Material e

Subcomitê de Logística Sustentável, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Entrega das Propostas: a partir do dia 02/04/2024, no site www.gov.br/compras

Abertura da Sessão Pública: dia 15/04/2024, às 10h00 (Horário de Brasília), no site www.gov.br/compras Realização através do Portal: www.gov.br/compras

O edital e seus anexos poderão ser examinados e adquiridos gratuitamente através dos sites: www.gov.br/compras e www.tjam.jus.br

> Manaus, 25 de março de 2024 Adriano da Silva Cavalcante

Pregoeiro

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS - TJAM

AVISO DE LICITAÇÃO - COLIC/TJAM

PODER JUDICIÁRIO

O Tribunal de Justiça do Amazonas torna público para conhecimento de todos os interessados que se encontra instaurada a licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO tipo MENOR PREÇO GLOBAL.

Pregão Eletrônico nº 006/2024

Processo Administrativo nº. 2024/000001295-00

31.12.2022

-41

41

de Acões

Emitidas 12.438.659

31.12.2022

-47

-47

31.12.2023 31.12.2022

-47

47

Subscrito

CÓDIGO DA UASG: 925866

Objeto: Registro de Preços para eventual fornecimento de Persianas e Bandô com serviço de Instalação, para atender a demanda do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por um período de 12 (doze) meses, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Entrega das Propostas: a partir do dia 02/04/2024, no site www.gov.br/compras

Abertura da Sessão Pública: dia 16/04/2024, às 10h00 (Horário de Brasília), no site www.gov.br/compras Realização através do Portal: www.gov.br/compras

O edital e seus anexos poderão ser examinados e adquiridos gratuitamente através dos sites: www.gov.br/compras e <u>www.tjam.jus.b</u>r.

> Manaus, 26 de março de 2024. IANO SÁ E SOUZA DE WANDERLEY

Pregoeiro



Jornal do Comercio LTDA Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 0AF4-5F94-083A-877F

Este documento foi assinado digitalmente por

Jornal do Commercio

Companhia Energética Manauara CNPJ Nº: 07.303.379/0001-58 RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO: as demonstrações financeiras apresentadas a seguir são resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da companhia demanda a leitura das demonstrações financeiras completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável. As demonstrações financeiras completas auditadas, incluindo o respectivo relatório do auditor independente, estão disponíveis nos seguintes endereços eletrônicos: https://www.jcam.com.br e https://www.globalparticipacoesenergia.com.br. Balanços Patrimoniais para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022 Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022 - (Em milhares de reais - R\$) (Fm milhares de reais - R\$) Reservas de lucros Ativos 31/12/2023 31/12/2022 Reserva dos Lucro Tota 228.738 60.529 CIRCULANTES SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 Lucro líquido do exercício 37.492 Caixa e equivalentes de caixa 26.876 60.529 Depósitos bancários vinculados 6.263 (14.533) 14.533 Constituição de Reserva de Incentivo Fiscal Dividendos adicionais pagos de 2020 Contas a receber de clientes 35.349 35.996 (89.120) (89.120) (12.000) 59.069 Arrendamento mercantil a recebe Juros sobre capital próprio Complemento de reservas de lucros retidos SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 Impostos a recupera 5.761 14.829 Estoques 16.988 13.469 Lucro líquido do exercício 17.897 Outras contas a recebe 8.300 Constituição de Reserva de Incentivo Fiscal 12.092 (12.092) Total dos ativos circulantes 152.343 (47.613) (42.134) Dividendos adicionais pagos de 202 Dividendos intermediários pagos de 2023 Dividendos mínimos obrigatórios Juros sobre capital próprio Constituição de respues de lucros sobre NÃO CIRCULANTES 74.782 24.519 Arrendamento mercantil a recebe Impostos a recupera Constituição de reservas de lucros retido: SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 Depósitos iudiciais 15 688 95 10.000 164.152 92.626 33.303 Outras contas a receber Demonstrações dos Fluxos de Caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022 - (Em milhares de reais - R\$) 14.955 15.870 Imobilizado 31/12/2023 31/12/2022 Aumento (redução) nos passivos operacionais Total dos ativos não circulante (1.329) FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS Fornecedores 2.716 1.764 123.556 60.529 Impostos a recolher TOTAL DOS ATIVOS 207.505 313.053 Lucro líquido do exercício Obrigações sociais e trabalhistas Outras contas a pagar Caixa gerado pelas operações Aiustes para reconciliar o lucro líquido do exercício com PASSIVOS 31/12/2023 31/12/2022 caixa líquido gerado pelas atividades operacionais CIRCULANTES 1.118 Fornecedores 5.457 Valor residual na baixa do imobilizado valor residuar na abaxa do Inhonizado Variação cambial líquida Encargos financeiros de empréstimos e financiamentos, líquidos do bônus de adimplência Amortização do custo de captação sobre empréstimos, financiamentos e debêntures Impostos de renda e contribuição social pagos (14) 1.849 Juros pagos sobre empréstimos e financiamentos Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO Empréstimos e financiamentos 65.908 Obrigações sociais e trabalhistas 723 1.565 12.346 Obrigações tributárias 5.088 4 752 (3.253 427 Aquisição de imobilizado Imposto de renda e contribuição social a recolher 6.291 Rendimento de depósitos bancários vinculados Aplicações financeiras e depósitos bancários vinculados 20.000 Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar Atualização monetária do contrato de arri Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) ativ. de investimento ualização monetana do contrato de arrendamento r posto de renda e contribuição social diferidos eversão do ajuste a valor presente umento) redução nos ativos operacionais: ntas a receber rendamento mercantil a receber FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO Pagamento de empréstimos e financiamentos Outras contas a pagar 2.362 Total dos passivos circulantes 33,630 109.074 Dividendos e juros sobre capital próprio pagos (151.582)(87.798 NÃO CIRCULANTES Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento Tributos diferidos 8.542 14.403 AUMENTO (DIMINUIÇÃO) EM CAIXA E EQUIV.DE CAIXA 1.429 Outras contas a pagar 1.181 Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício Total dos passivos não circulantes 9.723 15.832 AUMENTO (REDUÇÃO) DO SALDO DE CAIXA E EQUIV. DE CAIXA Patrimônio líquido Depósitos judiciais (15.593)Capital social 50.000 50.000 Demonstrações do Resultado para o exercício findo em 31 de dezembro 2023 e 2022 - (Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro básico e diluído por ação - em reais Reservas de lucro: 114.152 138.147 31/12/2023 31/12/2022 188.147 Receita operacional líquida Total TOTAL DOS PASSIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO Lucro antes do Imposto de renda e da contribuição social 207.505 313.053 Custos de operação e manutenção Imposto de renda e contribuição social Lucro bruto 14.930 Demonstrações do Resultado Abrangente para o exercício findo em (16.863) (28.614 31 de dezembro 2023 e 2022 - (Em milhares de reais - R\$) (11.311) Diferido (9.509) 5.862 Despesas gerais e administrativas 31/12/2023 31/12/2022 123.556 60.529 Incentivo fiscal 12.092 14.533 (11.244 Lucro líquido do exercício Lucro antes do resultado financeiro 11.343 Outros resultados abrangentes Resultado abrangente total do exercício Resultado financeiro Lucro líquido do exercício 123.556 60.529 1,35 75.417 Lucro líquido básico e diluído por lote de acões Receitas financeiras Diretoria Contador

Jones Aranha de Sá - Presidente / Fernando Wilson Araújo Magalhães Filho — Vice-Presidente José Cordeiro de Almeida Neto / Pedro Coelho de Souza Monteiro Magalhães



Alexandre Alves da Silva - Diretor-Superintendente Juliano Sousa Matos / Aderaldo Bruno Modesto de Menezes / Rodrigo Santana do Amara

AVISO DE REVOGAÇÃO

A COMISSÃO MUNICIPAL DE LICITAÇÃO DA PREFEITURA DE MANAUS, através da SUBCOMISSÃO DE BENS E SERVIÇOS COMUNS torna público, para conhecimento dos interessados, a REVOGAÇÃO, conforme Oficio n. 0562/2024 -DAI/SUBGAP/SEMSA, da seguinte licitação:

> PREGÃO ELETRÔNICO N. 009/2024-CML/PM (Processo n. 2023.01637.01412.0.010229 - SEMSA)

OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de Serviço de Organização e Execução de Eventos Esportivos (Corrida de Rua), na operacionalização da III Corrida "Manaus em Movimento: Promovendo Saúde" da Secretaria Municipal de Saúde - SEMSA.

Maiores informações na Comissão Municipal de Licitação, telefone 0xx-92-98802-3847, das 09 às 18h (horário de Brasília), e-mail: cml.se@manaus.am.gov.br

Manaus, 27 de março de 2024.

RAFAEL BASTOS ARAÚJO

Presidente da Subcomissão de Bens e Serviços Comuns da Comissão Municipal de Licitação - CML

SEMP AMAZONAS S.A.

CNPJ/MF nº 04.400.552/0001-48 NIRE nº 13.3.0000313-8 Rua Içá, nº 500, Bairro Distrito Industrial. CEP: 69.075-090 Manaus/AM.

CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os senhores acionistas da SEMP AMAZONAS S.A., para se reunir em Assembleia Geral Ordinária, no dia 30 de abril de 2024, às 09:00 horas, em sua sede social na Rua Içá, nº 500, Manaus/AM, a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do

(i) Exame, discussão e votação do relatório da administração, Balanço Patrimonial e Demonstrativo de Resultado referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e deliberação sobre a distribuição de dividendos;

(ii) Eleição dos membros do Conselho de Administração; (iii) Outros assuntos de interesse social.

Outrossim, colocamos à disposição dos Senhores Acionistas os documentos a que se refere o artigo 133 da lei 6.404/76.

Manaus, 28 de março de 2024. CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO Semp Amazonas S.A.

TCL SEMP INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE **ELETROELETRÔNICOS S.A.**

CNP.I/MF nº 24 227 491/0001-76 NIRE nº 13 300 007 877 Rua Içá, nº 500-B, Bairro Distrito Industrial. CEP: 69.075-090 Manaus/AM.

CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os senhores acionistas da TCL SEMP Indústria e Comércio de Eletroeletrônicos S.A., para se reunir em Assembleia Geral Ordinária, no dia 30 de abril de 2024, às 11:00 horas, em sua sede social na Rua Içá, 500-B,

sobre a seguinte ordem do dia: (I) Exame, discussão e votação do Relatório da Administração, do Balanco Patrimonial e do Demonstrativo de Resultado da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de

Manaus/AM, a fim de deliberar

dezembro de 2023; Outrossim colocamos Senhores disposição dos Acionistas os documentos a que se refere o artigo 133 da lei

6.404/76. Manaus, 28 de março de 2024

CALL NOTICE

Rafael Coelho Costa

shareholders of TCL SEMP Indústria e Comércio de Eletroeletrônicos S.A., are hereby called to meet at the Annual General Meeting, to be held on April 30, 2024, at 11:00 am, at its headquarters located at Rua Içá, 500-B, Manaus / AM, in order to deliberate on the following agenda:

(I) Examine, discuss, and vote the Management Report, Balance Sheet and Income Statement of the Company for the fiscal year ended on December 31, 2023; Furthermore, we hereby inform that the documents referred to in article 133. of Law 6.404/76 have been made available for the

shareholders inspection. Manaus, March 28th, 2024.

Affonso Brandão Hennel

Presidente do Conselho de Administração/ Chairman of the Board

alphaville

MANAUS 2

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL **EXTRAORDINÁRIA**

Nos termos do que dispõe o art. 10, parágrafo único letra "b" da Convenção do Condomínio ALPHAVILLE MANAUS 2, ficam os Srs. Condôminos convocados à ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA, que se realizará no dia 09 (Nove) de Abril de 2024, terça-feira, no Salão de Festas do mesmo, sito a Av. José Augusto Loureiro, 345, no bairro de Ponta Negra, às 19:00 horas em 1ª convocação, se houver a presenca de um quórum equivalente à metade mais um dos condôminos do empreendimento (artigo 12, da convenção condominial), ou às 19:30 horas, em segunda e última convocação, com qualquer número de condôminos presentes, com a finalidade específica de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia:

- 1. Apresentação e aprovação da previsão orçamentária 2024/2025 com possibilidade e proposta de reajuste de cota condominial;
- 2. Apresentação e Deliberação da Prestação de contas de outubro/2023 a
- 3. Apresentação da Relação de Obras finalizadas e previstas para 2024; 4. Instalação da torre de transmissão para celular;
- 5. O que houver;

Observações

- 1. Aqueles que comparecerem à Assembleia, Condôminos ou terceiros na qualidade de procurador, deverão apresentar as respectivas procurações com poderes específicos para a respectiva assembleia, no limite de 10 (dez) mandantes, conforme artigo 16, parágrafo
- 2. Ficará impedido de participar e votar o condômino que estiver inadimplente com as taxas condominiais vencidas até o dia da solenidade, conforme art. 1.335, inciso III, do Código

É de suma importância a sua presença, pois o que será decidido é do seu interesse. Leve para a assembléia sua opinião, sugestão, interesse e/ou crítica

Manaus, 26 de março de 2024

FABIANE PATRICIA SCOMASSON

EDITAL DE PRIMEIRO E SEGUNDO PÚBLICOS LEILÕES EXTRAJUDICIAIS E INTIMAÇÃO DAS DATAS DOS LEILÕES ONLINE

ANGELA PECINI SILVEIRA, Leiloeira Oficial - mat. Jucesp nº 715,

1º Público Leilão - 05/04/2024 às 10h00

2º Público Leilão - 09/04/2024 às 10h00

autorizada por SWISS PARK MANAUS INCORPORADORA LTDA., CNPJ nº 11.245.168/0001-83, venderá em 1º ou 2º Público Leilão Extrajudicial. conforme art. 26, 27 da Lei nº 9.514/97, e posteriores alterações, o IMÓVEL: LOTE DE TERRENO № 08, QUADRA "B", DO LOTEAMENTO VILLA SUÍÇA, localizado na Avenida do Turismo (antiga Estrada do Tarumã - Ponta Negra), Manaus/AM. ÁREA TOTAL DE 200,00m². Medidas e confrontações: frente para a Rua 2, medindo 8,00m em linha reta; pelo lado esquerdo de quem olha da Rua para o Lote medindo 25,00m em linha reta confrontado com o Lote nº 9; no fundo mede 8,00m em linha reta confrontando com a propriedade de Lucille Marilyn May Kriger D'Amorim Antony; pelo lado direito de quem olha da Rua para o Lote medindo 25,00m em linha reta confrontando com o Lote nº 7. Matrícula Imobiliária nº 41.938 do 3º CRI de Manaus/AM. Cadastro Municipal nº 440.403. Consolidação da propriedade em 07/03/2024. Lances Mínimos: 1º LEILÃO: R\$ 73.500,00. 2º LEILÃO: R\$ 79.479,10. Encargos do Arrematante: i) pagamento à vista do arremate e 5% de comissão da leiloeira; ii) custas cartoriais, impostos e taxas de transmissão para lavratura e registro da escritura; iii) todas as despesas que vencerem a partir das datas dos leilões; iv) verificação do imóvel, de sua situação jurídica e eventuais ações judiciais em andamento; v) observar as restrições associativas, ambientais, urbanísticas, construtivas convencionais, municipais, estaduais e federais; vi) custas/ despesas para regularização de eventual construção e benfeitorias; vii) custas e despesas com eventual desocupação. A venda é feita em caráter ad corpus. Imóvel entregue no estado em que se encontra. Fica o Fiduciante GABRIEL CARLOS PINHEIRO MELO – CPF nº 058.901.072-75, comunicado das datas dos leilões, também pelo presente edital, para o exercício da preferência. Os interessados deverão tomar conhecimento do Edital de Leilão e Regras Para Participação, disponíveis no portal: www. pecinileiloes.com.br. E-mail: contato@pecinileiloes.com.br, não podendo alegar desconhecimento. Whatsapp: (11) 97577-0485. Fone: (19) 3295-9777. Av. Rotary nº 187, Jd. das Paineiras, Campinas/SP.

PREFEITURA MUNICIPAL DE COARI

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO Nº 006/2024

1.ESPÉCIE E DATA: Termo de Contrato nº 006/2024, celebrado em 19/03/2024.

2.CONTRATANTES: A PREFEITURA MUNICIPAL DE COARI e a empresa ON-HIGHWAY BRASIL LTDA, inscrita no sob o nº CNPJ 36.519.422/0001-15.

3.OBJETO: Ônibus rodoviário para, no mínimo, 30 passageiros, tração 4x2. Inclui telemetria. Marca: Bus 10-190 EE 4500 - Urbano - 30 Passageiro, para atender as necessidades da Secretaria

Municipal de Desenvolvimento Social. 4.PROCESSO: Adesão à Ata de Registro de Preços Nº. 16/2023, oriunda do Pregão Eletrônico Nº 3/2023.

5.VALOR: O valor global do presente contrato é de R\$ 617.000,00 (Seiscentos e dezessete mil reais).

6.PRAZO: O prazo de vigência presente contrato é de 12 (doze)

7.DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes deste aditivo correrão à conta da seguinte Dotação Orçamentária:

Programa de Trabalho: 05.244.6011.1211.0001, PTRES 205602, à conta de recursos oriundos do Tesouro Nacional

Natureza da Despesa: 444252

Fonte de Recursos: 188 Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE COARI

Órgão: 02 – Poder Executivo

Unidade: 23 - Secretaria Municipal da Casa Civil e Rel. Institucionais

Elemento: 4.4.90.52.00.00.00.0010 - Equipamentos e Material Permanente

Fonte de Recurso: 010 Recursos Próprios

Coari-AM, 26 de março de 2024. KEITTON WYLLYSON PINHEIRO BATISTA Prefeito Municipal de Coari



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Estado do Amazonas - Comarca de Manaus QO Cartório do Registro Civil das Pessoas Naturais

Rua Dessana, 23 – Bairro Cidade Nova – CEP 69.095-200 Telefone: (92) 3645-7793/ WhatsApp: (92)98477-5367 E-mail: nonorcpn.certidoes@hotmail.com Dficial de Registros Titular: THIAGO CARDOSO COUTINHO Suboficial: JÉSSIKA SILVA ARÉVALO GONÇALVES

EDITAL DE PROCLAMAS

Faço saber que pretendem se casar e apresentaram os documentos exigidos pelo Artº 1525 do Código Civil Brasileiro:

1-FÊNIX DÉ DA CUNHA, de nacionalidade brasileira, natural de Manaus, Estado do Amazonas, nascido(a) em 12 de dezembro de 2000, autônomo, solteiro, residente e domiciliado(a) no(a) Rua Doutor Mithridates Correa · Manaus, filho(a) de Ivan da Cunha Araújo e Rosana Mara Andrade Fé.

DÉBORA BEATRIZ CASTRO DOS SANTOS de nacionalidade brasileira, natural de Manaus. Estado do Amazonas, nascida(o) 1 de abril de 1997. técnica de enfermagem, solteira, residente e domiciliada(o) no(a) Rua Doutor Mithridates Correa - Manaus, filha(o) de Caubi Barbosa dos Santos e Gisele Castro Lima

2-VICTOR ALMEIDA LANDAZO, de nacionalidade brasileira, natural de Tabatinga, Estado do Amazonas, nascido(a) em 24 de maio bombeiro hidralico, solteiro, residente e domiciliado(a) no(a) Rua 198 - Manaus, filho(a) de VICTOR LANDAZO LEMOS e LUZIELE ALMEIDA CAVALCANTE. ANA FLAVIA LIMA NASCIMENTO de nacionalidade brasileira, natural de Manaus, Estado do Amazonas, nascida(o) 21 de abril de 1972, autônoma, solteira, residente e domiciliada(o) no(a) Rua 198 - Manaus, filha(o) de Flavio Cardoso do Nascimento e Conceição Costa Lima.

Se alguém souber de algum impedimento que os declare na forma da lei. Manaus/AM, 27 de Março de 2024

> Demonstrações dos Resultados (em milhares de reais)

Arosuco Aromas e Sucos Ltda. CNPJ nº 03.134.910/0001-55

Relatório da Administração A Administração da Empresa apresenta a V.Sas., as demonstrações contábeis dos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 2022, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Manaus, 28 de março de 2024

	<u>2023</u>	2022	•	,		2023	
Ativo circulante	1.246.142	1.847.806	Passivo circula			701.849	
Ativo não circulante	7 517 122	6.379.507	Passivo não cir			12.633	
			Patrimônio líqu		ânia límulda	8.048.782	
Total do ativo		8.227.313	Total do passi	•	•	8.763.264	0.227.313
	Demonstrações das Muta						
		Capit	al Reservas	Reservas	Outros resultados	Lucros	
		soci	al de capital	de lucros	abrangentes	<u>acumulados</u>	Total
Saldo em 01 de janeiro de 2022		54.68	<u>620.431</u>	5.352.000	574.018		6.601.135
Lucro líquido do exercício		-				2.239.614	2.239.614
Outros movimentos			_ 332	639.614	<u>267.405</u>	(2.239.614)	(1.332.263)
Saldo em 31 de dezembro de 2022		54.68	<u>620.763</u>	<u>5.991.614</u>	841.423	_	7.508.486
Lucro líquido do exercício		· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·		_	_	3.023.766	3.023.766
Outros movimentos			<u> </u>	<u>669.446</u>	(129.528)	_(3.023.766)	(2.483.470)
Saldo em 31 de dezembro de 2023		54.68	<u>621.141</u>	6.661.060	711.895	<u>-</u>	8.048.782

Balanço Patrimonial (em milhares de reais)

Diretor

Contador Victor Kauan Bento de Souza - CRC 1SP272864/O-5

Diretoria Valdecir Duarte

2023 3.112.941 (1.100.225) 2.012.716 **2022** 2.963.455 Receita líquida (1.075.867)Custo dos produtos vendidos **Lucro bruto** 1.887.588 (205.367) 1.274.601 Receitas (despesas), líquidas 470.238 Resultados de controladas 3.081.950 Lucro operacional 2.341.653 179.386 3.261.336 Resultado financeiro líquido 4.272 2.345.925 Resultado antes do IR e CS Imposto de renda e contribuição social Lucro líquido do exercício 3.023.766 2.239.614 Demonstrações dos Fluxos de Caixa (em milhares de reais) **2023** 3.023.766 2.239.614 Lucro líquido do exercício Ajuste do lucro líquido do exercício Atividades operacionais 1.585.853 2.653.424 Atividades de investimento (168.946)(159.271)Atividades financeiras (2.355.637) (1.602.428)Movimento líquido no caixa (175.846)128.841 Caixa no início do exercício 286.809 Caixa no final do exercício 239.804 110.963

As demonstrações financeiras completas com a abertura de todas as Notas Explicativas e o Relatório dos Auditores Independentes emitido pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes estão disponíveis aos quotistas na sede da administração da Empresa

Daniela Gavranic Cachich



Edivaldo Roberto Galetti

COMPANHIA DE GÁS DO AMAZONAS - CIGÁS - CNPJ/MF: 00.624.964/0001-00 - NIRE:1330000489-4 BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Valores expressos em milhares de Reais) Passivo e patrimônio líquido Ativo 31/12/2023 31/12/2022 31/12/2023 31/12/2022 explicativa explicativa Circulantes Ortutalites Obrigações contratuais Obrigações trabalhistas Impostos e Contribuições a recolher Impostos diferidos Dividendos a pagar Convênio Eletrobras a Pagar Arrendamento Outras contas a pagar 2.313.370 2.239.032 5.397 10.190 384.444 32.389 143.026 1.148 Caixa e equivalentes de caixa Aplicações financeiras Contas a receber 193,222 241.636 5 6 381.970 31.698 142.911 893 2.409.396 Créditos contratuais 2.422.927 2.608 8.415 Estoques 2.610 mpostos e contribuições a recuperar Outros créditos 12.699 1.037 **5.290.416** 799 **5.309.321** Outras contas a pagar Total dos passivos circulantes 110 **5.107.418** 5.129.183 Total dos ativos circulantes Não circulantes Não circulantes 1.145.964 22.520 11.633 597.088 41.337 503.573 21.728 21.816 Contas a recebe Créditos contratuais 14.503 13 17 22 15 Impostos e contribuições a recuperar Depósitos judicias 25.066 1.338.373 206.045 1.008.685 17.3 e Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos 21.1 Total dos passivos não circulantes Outros Créditos 1.659.114 1.656.195 Patrimônio líquido Imobilizado 16 230.982 71.391 264.954 122.653 Reservas de lucros Intangível 308.870 269.653

	319.497 278.375		<u>1</u>	<u> 10.796</u> <u>10.566</u>
Total dos ativos não circulantes Total dos ativos	1.975.692 1.937.489 7.266.108 7.246.810			98.403 312.939 56.108 7.246.810
As notas explicativas da Administração são parte integr	ante das demonstraçõ	es contábeis.		
		S FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 20 , exceto pelo lucro por ação básico e c		
		Nota explicativa	31/12/2023	31/12/2022
Receita Líquida de Vendas			3.347.122	3.092.307
Receita de Construção Receita líquida Custo		18	55.353 3.402.474	46.431 3.138.737
Custo dos produtos vendidos		19	(3.153.662)	(2.924.439)
Custo de construção		1 <u>9</u> _	(55.353)	` (46.431)
Lucro bruto			193.460	167.868
(Despesas)/receitas		10	(40.470)	(40.000)
Despesas gerais e administrativas Outras despesas		19 19	(48.179) (3.305)	(40.829) (1.489)
Lucro antes do resultado financeiro		19 _	141.976	125.550
Resultado financeiro			141.010	120.000
Receitas financeiras		20 20	85.454,71	78.808
Despesas financeiras		20	(88.373,13)	(82.373)
Total	ial	-	(2.918,43) 139,057	(3.565)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição soc Imposto de renda e contribuição social	ıaı		139.057	121.985
Diferidos			103.984	30.327
Correntes			(74.597)	(37.980)
Total		21	29.388	(7.653)
Lucro líquido do exercício		=	168.445	114.332
Lucro por ação básico e diluído		=	2,3745	1,6117
As notas explicativas da Administração são parte integr	ante das demonstraçõ	ies contábeis.		
~ ~	^ ′	,		

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Valores expressos em milhares de Reais - R\$)					
	31/12/2023	31/12/2022			
Fluxo de caixa das atividades operacionais Lucro líquido do exercício Ajuste para reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa gerado pelas atividades operacionais:	168.445	114.332			
Amortização do imobilizado Amortização do imobilizado Amortização do intangível e do Imobilizado Reversão da provisão para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais PCE - Perda de Crédito Esperada	1.260 15.899 (1.956) 292.516 764	1.093 14.625 (4.923) 100.458 165			
Juros e atualizações monetárias Reversão/constituição dos tributos diferidos Encargos provisionados e estornados - Convênio Eletrobras Baixa de intangível	(8.256) (141.087) 115 236 327.937	(11.453) (68.765) 113 967			
(Aumento)/redução nos ativos operacionais:	327.937	146.611			
Contas a réceber	420.106	410.093			
Estoques Tributos a recuperar Créditos contratuais Outros créditos	1.034 (6.307) (262)	(1.558) (8.442) (14.363) (424)			
Ação Judicial	(329:688)	(116:102)			
Aumento/(redução) nos passivos operacionais: Fornecedores Obrigações trabalhistas Tributos a recolher Obrigações contratuais Outras contas a pagar	(337.739) 40 9.266 7.279 333	(312.312) 745 12.923 12.103 (160)			
Imposto de renda e Contribuição Social pagos Caixa liquido gerado pelas atividades operacionais	92.392	(8:647) 120.469			
Fluxo de caixa das atividades de investimento Adição ao imobilizado Adição ao intangível Caixa liquido consumido nas atividades de investimento	(3.164) (55.353) (58.517)	(8.431) (43.757) (52.188)			
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Pagamento de dividendos Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento	(82.290) (82.290)	(55.331) (55.331)			
(Redução)/aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	(48.414)	12.950			
Caixa e equivalentes de caixa: No início do exercício No fim do exercício (Redução)/aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	241.636 193.222 (48.414)	228.687 241.636 12.950			
As notas explicativas da Administração são parte integrante das o					
, , , ,	,				
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Valores expressos em milhares de Reais - R\$)					

Resultado abrangente do exercício As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

31/12/2023

168.445

31/12/2022

	Reservas de lucros						
	Nota explicativa	Capital social	Reserva legal	Incentivo fiscal	Dividendos adicionais propostos	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2021	·	168.573	31.702	62.409	5.738	-	268.422
Pagamento de dividendos - 2021		-	-	-	(5.738)	-	(5.738)
Pagamento de dividendos - 2022		-	-	-	(8.095)		(5.738) (8.095) 114.332
Lucro líquido do exercício		-	-	, .	-	114.332	114.332
Capitalização de reservas		62.409	-	(62.409)	-	-	-
Constituição de:						(= = 1=)	
Reserva legal		-	5.717	00.070	-	(5.717)	-
Reserva de incentivo fiscal		-	-	33.972	-	(33.972)	-
Reserva de incentivo fiscal Reinvestimento		-	-	-	-	(55,000)	(55,000)
Dividendos mínimos obrigatórios (R\$ 0,7892)		-	-	-	40.004	(55.982)	(55.982)
Dividendos adicionais propostos (R\$ 0,2631) Saldos em 31 de dezembro de 2022		230.982	37.419	33.972	18.661 10.566	(18.661)	312.939
Pagamento de dividendos - 2022	16 F	230.962	37.419	33.972	(10.506)	-	312.939 (40.566)
Pagamento de dividendos - 2022 Pagamento de dividendos - 2023	16.5 16.5	-	-	-	(10.566) (10.007)	-	(10.566) (10.007)
Lucro líquido do exercício	10.5	-	-	-	(10.007)	168.445	168.445
Capitalização de reservas	16.1	33.972	-	(33.972)	-	100.443	100.443
Constituição de:	10.1	33.972	-	(33.912)	-	-	-
Reserva legal	16.2	_	8.422	_	_	(8.422)	_
Reserva de incentivo fiscal	16.3	_	0.422	76.811	_	(76.811)	_
Reserva de incentivo fiscal reinvestimento	16.3	_	_	70.011	_	(70.011)	_
Dividendos mínimos obrigatórios (R\$ 0,8798)	16.2 16.3 16.3 16.4 16.5	_	_	_	_	(62 409)	(62.409)
Dividendos adicionais propostos (R\$ 0,2933)	16.5	_	_	_	20.803	(62.409) (20.803)	(02:100)
Saldos em 31 de dezembro de 2023		264.954	45.841	76.811	10.796	(20.000)	398.403

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto o dividendos mínimos obrigatórios por ação)

1. Informações gerais

A Companhia de Gás do Amazonas – Cigás ("Companhia" ou "CIGÁS") é uma sociedade anônima de economia mista, integrante da Administração indireta do Estado do Amazonas, dotada de personalidade jurídica de direito privado e patrimônio próprio, com autonomia administrativa e financeira, criada mediante autorização da Lei Estadual nº 2.325, de 8 de maio de 1995.

A Companhia tem por objeto social a exploração, com exclusividade, no Estado do Amazonas, sob o recipio de concessão, dos servicos locais de gás canaliza-

do Amazonas, sob o regime de concessão, dos serviços locais de gás canalizado, bem como de outras atividades correlatas ou afins, vinculadas ou necessárias à distribuição de gás para todo o segmento consumidor, seja como combustível, matéria-prima e insumos para a indústria petroquímica ou de fertilizante ou
como oxi-redutor siderúrgico, seja para a geração termelétrica ou outras finalidades e usos possibilitados pelos avanços tecnológicos. A concessão tem prazo
de vigância de 30 (trinta) anos a findar em 31 de japairo de 2040, considerando de vigência de 30 (trinta) anos, a findar em 31 de janeiro de 2040, considerando a prorrogação do termo inicial, autorizada pela Lei Estadual nº 3.690, de 21 de dezembro de 2011, e pelo Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, assinado em 6 de junho de 2013.

assinado em o de junno de 2013.

1.1. A Continuidade Operacional da Companhia.

A Companhia assinou, em 1º de junho de 2006, concomitantemente, contratos com a Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS ("Contrato Upstream") e com a Amazonas Distribuidora de Energia S.A. ("AmE") ("Contrato Downstream"), ambos com interveniência das Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRAS e das Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. – Eletronorte, cujo objeto foi a compra e venda de gás natural para fins de geração termoelétrica durante um prazo de 20 (vinte) anos, contados a partir do início do fornecimento comercial (01/12/2010), com Quantidade Contratada de 5.500.000 (cinco milhões e quinhentos mil) metros cúbicos por dia. Em consequência do contrato assinado com a Amazonas Energia, a Companhia

firmou, em dezembro de 2006, com a ELETROBRAS, Convênio de Cooperação Técnica e Financeira ("ECV-205/2006"), para viabilizar a construção dos ramais

de distribuição de gás, vide nota explicativa nº 14. A partir de 1º de dezembro de 2015, conforme procedimentos estabelecidos na cláusula 4 dos referidos Contratos, a Quantidade Contratada foi reduzida para o volume de 5.420.000 (cinco milhões, quatrocentos e vinte mil) metros cúbicos por dia, e a diferença entre a quantidade originalmente contratada e a quantidade vigente a partir de 1º de dezembro de 2015, ou seja, 80.000 (oitenta mil) metros cúbicos por dia, foi alocada para o outro Contrato ("Não Termelétrico"), que a

Companhia firmou com a sua supridora (PETROBRAS). Em 3 de dezembro de 2018, a CIGÁS firmou o Terceiro, Quarto e Quinto Termos Aditivos ao Contrato OC 1.902/2006, bem como o Termo de Cessão do Contrato OC 1.902, em que se transferiu a posição contratual da Amazonas Energia para Amazonas GT ("AmeGT"). Acerca dos referidos instrumentos, pertinente, em síntese, informar que o Quinto Aditivo contempla:

tese, informar que o Quinto Aditivo contempla:
(i) Quitação imediata do valor da Parcela da Margem em aberto na ordem de R\$
16.632.452,93 (dezesseis milhões, seiscentos e trinta e dois mil, quatrocentos e
cinquenta e dois reais e noventa e três centavos);
(ii) Prioridade de pagamento do PIS e da COFINS, quando da realização de pagamento parcial sobre qualquer pagamento realizado pela AmeGT;
(iii) Constituição de Conta Vinculada ("Escrow Account"), que concentra o fluxo
de recebimento de toda receita operacional da AmeGT, como garantia cumulativa à garantia fidejussória prestada pela ELETROBRAS;
(iv) Prioridade de pagamento da Parcela da Margem pela AmeGT:

(iv) Prioridade de pagamento da Parcela da Margem pela AmeGT;
(v) Implantação do Mecanismo do "Gatilho" quando da inadimplência em prazo superior a 4 (quatro) meses. Nesse caso, quando da realização de qualquer pagamento, a CIGÁS terá prioridade no recebimento da Parcela da Margem; (vi) Recebimento dos valores pertinentes à recuperação da receita relativa ao diferimento da margem a partir de 1º de dezembro de 2018, em que se estabele-

ceu que os pagamentos serão realizados mensalmente pela AmeGT; (vii) A Parcela do Transporte será equiparada à Tarifa do Transporte, homologada pela ANP, o que representará maior competitividade para o Gás Natural; e (viii) Inclusão da UTE Mauá 3 com a apresentação de garantia financeira de 1 (um) mês de fornecimento, com o registro do compromisso pela AmeGT em peticionar ao juízo requerendo a extinção das ações em curso (MAUÁ 3 – CO-

MISSIONAMENTO E TESTES e MADA 3 – OPERAÇÃO COMERCIAL).

Acerca das ações em referência, informa-se que a ação denominada MAUÁ 3 – OPERAÇÃO COMERCIAL foi extinta, sem julgamento do mérito, em 3 de outubro de 2019. Em relação à ação MAUÁ 3 – COMISSIONAMENTO E TESTES foi interposto recurso especial pela CIGÁS, tendo sido julgado improvido, pelo STJ, com trânsito em julgado em 22 de setembro de 2022. Em 5 de novembro de 2019, a CIGÁS recebeu a Carta CTA-DF- 3223/2019, datada de 31 de outubro de 2019, da ELETROBRAS, dando ciência sobre a assinatura do documento de Acerdo" firmado entre a PETROBRAS. e a AmeGT, datado de 3 de dezembro de 2018. A CIGÁS não participou das tratativas para formalização do referido instrumento, bem como não foi signa-tária do referido Termo. Após tomar ciência do teor da informação contida na Carta CTA-DF-3223/2019, e diante dos valores envolvidos, a Companhia indicou a necessidade de obtenção de total esclarecimento sobre a origem dos valores referenciados no instrumento. Considerando que os mesmos afetam o Contas a Pagar, Contas a Receber e Tributos (PIS, COFINS, IR e CSLL) contidos nos registros Contábeis/Financeiros da CIGAS, foi emitida a Carta DIRAF – 157/2019, datada de 19 de novembro de 2019 e protocolada na AmE, solicitando informações detalhadas acerca dos valores, objeto da transação, as quais não foram recebidas até a data do encerramento das Demonstrações Financeiras do Exercício de 2023. As tratativas referentes ao assunto continuam em curso com as

partes envolvidas.
Em 1 de julho de 2021, a AmeGT foi incorporada pela sua controladora, Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. ("Eletronorte"), assumindo a Eletronorte todos os direitos e obrigações da AmeGT. Desta forma, em 3 de agosto de 2022, CIGÁS, Eletronorte, PETROBRAS e ELETROBRAS celebraram o Sexto Termo Aditivo ao Contrato de Gás Natural OC 1.902/2006, visando formalizar as modificações

necessárias em decorrência da incorporação da AmeGT pela Eletronorte. Em 29 de agosto de 2022, foi recebida comunicação da Eletronorte informando a alteração da sua natureza jurídica para sociedade anônima de direito privado, assim a Eletronorte passou a adotar as normas tributárias aplicadas às Empresas privadas a partir de 8 de agosto de 2022. Desta forma, a partir da competência de agosto/2022, a CIGÁS deixou de aplicar o regime de caixa para os recolhimentos dos tributos PIS, COFINS, IR e CSLL, incidentes sobre as Receitas não

recebidas no mês, em conformidade com a legislação vigente.

Em 11 de agosto de 2020, a CIGÁS celebrou com a ENEVA e com a AZULÃO

GERAÇÃO DE ENERGIA contratos de compra e venda de gás natural que disciplinam o fornecimento de gás natural durante o prazo de 15 (quinze) anos, os quais possuem os seguintes objetos:

quais possuem os seguintes objetos:
■ Contrato de Fornecimento ENEVA-CIGÁS, com interveniência-anuência da AZULÃO ("Contrato Upstream"): venda pela ENEVA e compra pela CIGÁS do gás natural extraído pela ENEVA, na bacia sedimentar do rio Amazonas, para fins exclusivos de atendimento ao objeto do Contrato CIGÁS-AZULÃO;
■ Contrato de Fornecimento CIGÁS-AZULÃO ("Contrato Downstream"), com interveniência- anuência da ENEVA: venda pela CIGÁS e compra pela AZULÃO do gás, objeto do Contrato ENEVA-CIGÁS, para fins exclusivos de (i) liquefação na UGNL (Unidade de Liquefação de Gás Natural) para atendimento da UTE Jaguaririca II, localizada em Boa Vista-RR; e (ii) autogeração de energia elétrica com objetivo único de atendimento das instalações da ENEVA e da AZULÃO, incluindo suas AFILIADAS, localizadas no município de Silves, Estado do Amazonas. Em junho de 2021, foi iniciado o fornecimento de gás natural para o empreendi

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)

mento em referência Em 27 de abril de 2021, a CIGÁS celebrou contrato de fornecimento com a PE-TROBRAS, cujo objeto consiste na distribuição de gás natural para atendimento aos projetos vencedores do "Lote II – Amazonas" do Leilão para Suprimento aos Sistemas Isolados, realizado em 30 de abril de 2021 ("CONTRATO PETRO-

BRAS-CIGÁS").
A Empresa, Usina Xavantes, sagrou-se vencedora do Lote II do certame para atendimento das localidades de Anori, Anamã, Caapiranga, Codajás e Novo Remanso, através de projetos de empreendimentos de geração termelétrica a gás

Assim, considerando as prerrogativas da CIGÁS, como concessionária dos serviços públicos de gás canalizado do estado do Amazonas, em 17 de setembro de 2021, CIGÁS e Usina Xavantes assinaram o instrumento contratual que disciplina as condições técnicas e comerciais do fornecimento às Usinas Termelétricas (UTEs) previstas para serem instaladas nos municípios supracitados ("CONTRA-TO CIGÁS-XAVANTES"). O início do fornecimento estava previsto para abril de 2023, contudo a Usina Xavantes através de notificação expedida à ANEEL, em julho de 2022, declarou à Agência Reguladora a sua opção pelo exercício da prerrogativa contratual de resolução do Contrato de Comercialização de Energia Elétrica no Sistema Isolado ("CCESI"), em face do inadimplemento da Amazonas Distribuidora de Energia ("AmD") quanto à obrigação de prestar garantias

Em 17/03/23, Petrobras, Cigás e Usina Xavantes assinaram Acordo de Confidencialidade que tem por objeto disciplinar a confidencialidade, o tratamento, o uso e a divulgação das Informações Confidenciais pelas partes divulgadoras no curso das atividades de negociar uma possível composição amigável para resilição do contratos de fornecimento de gás natural PETROBRAS-CIGÁS e CIGÁS-XA-VANTES, em face da manifestação da Usina Xavantes de que não pretende dar continuidade à implantação dos projetos vencedores do LEILÃO. Considerando que a Usina Xavantes não construiu as usinas termelétricas e nem mesmo preparou o terreno/área para construção e montagem da rede de distribuição de gás natural, Petrobras e Cigás emitiram as notas de débito referentes aos com-promissos de retirada do mês de abril/2023, mas a Usina Xavantes não pagou, forçando a CIGÁS a desembolsar R\$ 242 mil para pagamento dos tributos Pis/ Cofins incidentes sobre as notas de débito (pagamento tributo - regime de com-petência). No entanto, após diversas rodadas de negociação, não foi possível chegar a um acordo para resilição dos Contratos de Fornecimento, tendo a Cigás a luizado uma ação contra a Petrobras e a Xavantes requierendo, em face da ajuizado uma ação contra a Petrobras e a Xavantes requerendo, em face da Petrobras, a suspensão (i) de cobrança das notas de débitos emitidas em abril de 2023; e (ii) da exigibilidade de qualquer outro documento de cobrança emitido ou que venha a ser emitido. Já em face da Xavantes, requereu-se o arresto de tantos bens quantos necessários para satisfação da futura tutela jurisdicional a

ser oportunamente requerida 2. Principais políticas contábeis 2.1. Declaração de conformidade.

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas con tábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, orientações e interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas internacionals de relatório internacional (Internacional Financial Reporting Standards – IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB. A Administração declara que todas as informações relevantes, próprias das demonstrações financeiras, são evidenciadas e corresutilizadas na gestão.

2.2. Base de elaboração As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, os quais são mensurados por seus valores justos.

2.3. Novas normas, revisões e interpretações de normas contábeis.
2.3.1. A partir de 1º de janeiro de 2023, estão vigentes as alterações previstas nos Pronunciamentos Técnicos nº 20, com alterações nos Pronunciamentos Técnicos: CPC 26 (R1), CPC 11, CPC 27, CPC 15 (R1), CPC 23, CPC 40 (R1), CPC 49, CPC 21 (R1), CPC 32, CPC 37 (R1) e CPC 47, conforme citados à séguir: Alterações:

Altera os itens 20A, 20J e 20O no CPC 11 – Contratos de Seguro; . Altera o conceito de "estimativas contábeis" do item 5, os itens 32, 34, 38 e 48

2. Alera o Conteino de estimativas contabeis di tieni 3, os iteris 2, 34, 30 e 4, 30 e 4 e o título do item 32 e inclui os itens 32A, 32B, 34A e 54I no CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro;
3. Inclui definição de "políticas contábeis" no item 7, altera a letra e do item 10, o inciso ii da letra c do item 114 e os itens 117 e 122, inclui os itens de 117A a 117E e 139V e exclui os itens 118, 119 e 121 no CPC 26 (R1) – Apresentação

. Altera o item 21, inclui o item 44II e altera o item B5 do Apêndice B do CPC 40 1) – Instrumentos Financeiros: Evidenciação; Altera a letra b do item 34 e inclui o item 38 no CPC 49 – Contabilização e

Relatório Contábil de Planos de Benefícios de Aposentadoria; 6. Altera a letra e do item 5 e inclui item 60 no CPC 21 (R1) – Demonstração

7. Altera os incisos (i) e (ii) da letra b do item 15, as letras b e c do item 22 e as letras a e b do item 24 e inclui o inciso (iii) da letra b do item 15, o item 22A, a letra c do item 24, os items 98J, 98K e 98L e o exemplo 8 do Apêndice B no CPC 32 – Tributos sobre o Lucro

8. Altera a letra g do item B1 e inclui os itens 39AH e B14 e letra i do item B1 no CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade; 9. Altera a letra a do item 29 no CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente. Companhia avaliou as alterações e não identificou impactos relevantes nas

2.3.2 Novas normas que ainda não entraram em vigor
2.3.2.1. Revisão de pronunciamentos técnicos – n.º 22/2022
Este documento de revisão apresenta alterações nos Pronunciamentos Técnicos: CPC 15 (R1), CPC 27, CPC 20 (R1) e CPC 41. Vigência a partir de 1º de inspiris de 2024 ianeiro de 2024

1. Altera o item 53 no CPC 15 (R1) – Combinação de Negócios; Altera o item 23 no CPC 27 - Ativo Imobilizado;

3. Altera a letra (a) do item 6 no CPC 20 (R1) - Custos de Empréstimos; . Altera o item 34 no CPC 41 - Resultado por Ação.

estabelecida pelos órgãos reguladores que as aprovarem.

2.3.2.2. Revisão de pronunciamentos técnicos - nº 23/2023 Este documento de revisão apresenta alterações nos Pronunciamentos Técnicos: CPC 26 (R1) e CPC 06 (R2). A vigência dessas alterações será estabelecida pelos órgãos reguladores que as aprovarem, sendo que para o pleno atendimento às normas internacionais de contabilidade a entidade deve aplicar essas alterações nos períodos anuais com início em, ou após, 1º de janeiro de 2024.

 Altera a letra "d" do item 69 e os itens 60, 71, 73, 74 e 76, inclui os itens 72A 72B, 75A, 76ZA, 76B, 139U e 139W e inclui subtítulo antes dos itens 72, 71 e 72A no CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis; Inclui os itens 102A, C1D, C20E e seu subtítulo e altera o item C2 no CPC 06

(R2) – Arrendamento: 2.3.2.3. Revisão de pronunciamentos técnicos – nº 24/2023

Este documento de revisão apresenta alterações nos Pronunciamentos Técnicos: CPC 03 (R2), CPC 32, CPC 40 (R1). A vigência dessas alterações será Alterações:

Lucro líquido do exercício Outros resultados abrangentes

1. Inclui os itens 4A, 88A a 88D e 98M, e exemplos ilustrativos após o item 88D no CPC 32 – Tributos sobre o Lucro; 2. Inclui os itens 44F a 44H e os títulos relacionados e os itens 62 e 63 no

CPC 03 (R2) – Demonstrações do Fluxo de Caixa; 3. Inclui o item 44JJ e altera o item B11F do Apêndice B no CPC 40 (R1) Instrumentos Financeiros: Evidenciação.

A Administração está avaliando os impactos das revisões das normas acima nas demonstrações financeiras da Companhia. Nossa expectativa é de que não haverá efeitos significativos oriundos da adoção.

2.4. Moeda funcional e de apresentação.
As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda principal do ambiente econômico no qual a Companhia atua (moeda funcional), sendo que, quando a moeda for diferente da moeda funcional de apresentação das demonstrações financeiras, será convertida para o Real (R\$) na data do fechamento. Todas as informações contábeis estão apresentadas em Reais, exceto quando indicadas de outrá forma. 2.5. Caixa e equivalentes de caixa.
O caixa da Empresa compreende o numerário em espécie e depósitos bancários

disponíveis. Os equivalentes de caixa são aplicações financeiras com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias contados da data de contratação e de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Os equivalentes de caixa são mantidos, normalmente, com a finalidade de atender

compromissos de caixa de curto prazo

2.6. Instrumentos financeiros não derivativos.
Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra

entidade Reconhecimento inicial e mensuração

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão destes ativos financeiros. Com exceção das contas a receber de clientes que não contenham um componente de finan-ciamento significativo ou para as quais a Empresa tenha aplicado o expediente prático, a Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado. As contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático são mensuradas pelo preço de transação determinado de acordo com o CPC 47.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amorti-

zado, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nívél de instrumento.

O modelo de negócio da Companhia para administrar ativos financeiros refere-se a como ele gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócio determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos. Ás compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Empresa se compromete a comprar ou vender o ativo. Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Divulgações adicionais referentes a redução ao valor recuperável de ativos fi-nanceiros são também fornecidas nas seguintes correspondentes práticas contábeis, bem como em notas explicativas.

A Companhia reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas, quan-do identificada a necessidade, para todos os instrumentos de dívida não detidos

pelo valor justo por meio do resultado. As perdas de crédito esperadas baseiam--se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que a Companhia espera receber. Passivos financeiros não derivativos

Reconhecimento inicial e mensuração

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, empréstimos ou como

mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, e os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à Os passivos financeiros incluem fornecedores e outras contas a pagar, emprésti-

mos e financiamentos, saldos bancários a descoberto, entre outros

Desreconhecimento

i. Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os di-reitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo são transferidos, ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre esse ativo.

ii. Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.7. Estoques Os estoques são avaliados ao custo médio de aquisição que não excede ao valor de mercado ou ao valor líquido de realização.

Compreende o direito de uso da infraestrutura, construída pelo concessionário como parte do contrato de concessão do serviço público de distribuição de gás combustível canalizado (direito de cobrar dos usuários do serviço público por ela prestado), de acordo com as disposições do CPC 04 (R1) – Ativos Intangíveis, ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão e OCPC 05 – Contrato de Concessão. É avaliado ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. A Companhia decidiu por amortizar linearmente o ativo intangível até o final da

concessão – janeiro de 2040 – de acordo com o item 42 do OCPC 05 – Contratos de Concessão, vide nota explicativa nº 9.



.continuação

2.9. Fornecedores São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos dos correspondentes encargos e variações monetárias, quando aplicáveis, e representam as obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios da Companhia.

2.10. Partes relacionadas As transações entre partes relacionadas são efetuadas em condições e prazos pactuados entre as partes, considerando a natureza e as características das

2.11. Provisões As provisões são reconhecidas para obrigações presentes resultantes de even-tos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja

liquidação seja provável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada exercício, considerando-se

os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses

fluxos de caixa. Quando se espera que alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for certo e o valor puder ser men-

surado de forma confiável 2.12. Apuração do resultado e reconhecimento da receita

A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que Artecita operaciona e recomineda quando existe evidencia convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômico-financeiros fruirão para a entidade, de que os custos associados podem ser estimados de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional.

A receita é reconhecida de acordo com esse princípio, aplicando-se um modelo

de 5 passos: I. Identificação do contrato;

II. Combinação de contrato:

III. Modificação de contrato; IV. Identificação de obrigação de performance; e

V. Satisfação de obrigação de performance.

Mais especificamente, a receita de venda dos produtos, distribuição de gás e correlatos é reconhecida quando os produtos são entregues e o cliente tem o

2.12.1. Receita e custo de construção
A Interpretação Técnica – ICPC 01 (R1) – "Contratos de Concessão" estabelece
que o concessionário de serviços públicos deve contabilizar receitas e custos relativos a serviços de construção ou de melhoria de acordo com o CPC 47 -Receita de Contrato com Cliente.

A Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou A Companha contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na distribuição de gás canalizado. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual a zero, considerando que: (i) a atividade fim da Companhia é a distribuição e comercialização de gás canalizado; (ii) toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da sua atividade fim, ou seja, a distribuição de gás canalizado; e (iii) a Companhia terceiriza a construção da infraestrutura com partes não relacionadas. Mensalmente a totalidade das adições efetuadas ao ativo intangível em curso é transferida para o resultado, como custo de construção,

vide Notas Explicativas nº 18 e 19.

2.12.2. Receitas e despesas financeiras
Representam juros, encargos e variações monetárias ativas e passivas, decorrentes de aplicações financeiras, clientes, fornecedores e outros descontos obtidos ou concedidos, conforme demonstrado na nota explicativa nº 20.

2.13. Imposto de Renda e Contribuição Social

As despesas do imposto de renda e da contribuição social representam a soma dos tributos correntes e diferidos.

2.13.1. Imposto de Renda e Contribuição Social - corrente A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. As provisões para imposto de renda e contribuição social foram constituídas às alíquotas de 15% (quinze por cento), mais adicional de 10% (dez por cento) sobre o lucro tributável anual excedente a R\$ 240. e 9% (nove por cento), respectivamente, sobre o lucro contábil, ajustado pelas adições e exclusões admitidas.

2.13.2. Imposto de renda e contribuição social - Diferido.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ("tributo diferido") são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no fim de cada período de relatório en tre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e nas bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável. Os tributos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferencas temporárias tributáveis e os tributos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Empresa apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Os tributos diferidos ativos ou passivos não são reconhecidos sobre diferenças temporárias resultantes de reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não afete o lucro tributável nem o lucro contábil

Os impostos e contribuições diferidos ativos, provenientes de diferenças temporárias, foram reconhecidos tendo em vista o histórico de rentabilidade e análise de recuperação futura desses créditos. Vide Nota Explicativa nº 21.

2.13.3. Incentivo fiscal do Imposto de Renda
Conforme Resolução nº 322/2022 e Laudo Constitutivo nº 022/2022, aprovados em 30 de junho de 2022, pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazónia – SUDAM e Despacho Decisório nº 459/2022, deferido da Receita Federal, em 11 de outubro de 2022, a Companhia usufrui de beneficio de redução de 75% do imposto de renda devido até o ano calendário de 2031. De acordo com o CPC 07 (R1) "Subvenção e Assistência Governamentais", este incentivo fiscal, categorizado como incentivo para investimento, é reconhecido no resultado do exercício, a crédito da despesa de imposto de renda, e ao final do exercício

social. O mesmo valor é transferido da conta de lucros acumulados para reserva de lucros (incentivo fiscal). 2.14. Arrendamento Mercantil A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente pelo custo e, subsequentemente, pelo custo menos qualquer amortização acumulada e perdas ao valor recuperável, e ajustado pela taxa dos respectivos contratos.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos de aluguéis e arrendamentos, descontados usando uma taxa nomi-nal única, baseada no endividamento da Companhia, que corresponde a aproxi-

madamente a sua taxa média de captação no período (10,20% a.a).

A Companhia remensura o passivo de arrendamento se houver uma alteração no prazo do arrendamento ou se houver mudança nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou em taxa utilizada para determinar esses pagamentos, reconhecendo o valor da remensuração do passivo de arrendamento como ajuste ao ativo de direito de uso.

A Companhia aplicou julgamento para determinar o prazo de arrendamento de alguns contratos que incluem opções de renovação. A assertividade da avaliação da possibilidade de a Companhia poder exercer essas opções tem impacto direto no prazo do arrendamento, podendo afetar significativamente o valor do passivo de arrendamento e do ativo de direito de uso reconhecido. As opções de extensão e rescisão estão incluídas nos contratos de arrendamento da Companhia.

3. Principais julgamentos na aplicação das políticas contábeis
Na preparação das demonstrações financeiras, de acordo com as normas brasileiras de contabilidade, é requerido que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas, bem como as divulgações em notas explicativas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

em notas explicativas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As informações sobre incertezas das premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício estão relacionadas, principalmente, aos seguintes aspectos: (i) perda estimada por redução ao valor recuperável dos ativos de longo prazo; (ii) provisão para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais; (iii) tributações diferidas; (iv) divulgação de instrumentos financeiros; e (v) perda estimada em créditos de liquidação duvidosa, os quais, apesar de refletirem o julgamento da melhor estimativa possível por parte da Administração da Companhia, relacionados à probabilidade de eventos futuros, podem eventualmente apresentar variações em relação aos dados e valores reais.

As estimativas e premissas contábeis são continuamente avaliadas e baseiam--se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros consideradas razoáveis para as circunstâncias. Tais estimativas e premissas podem diferir dos resultados efetivos. Os efeitos decorrentes das revisões das estimativas contábeis são reconhecidos no período da revisão.

4. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras.

4.1. Caixa e equivalentes de caix	a.	
· .	31/12/2023	31/12/2022
Caixa e Equivalente de Caixa	2.540	4.444
Aplicações Financeiras	190.682	237.192
Aplicações Financeiras Total	193.222	241.636
As aplicações financeiras, em 31 d	le dezembro de 2023,	são representadas por

ação de CDB, de curto prazo, remunerada à taxa média de 102,01% do CDI. As aplicações possuem alta liquidez, sem risco de variação significativa do

Administração efetuou o estudo do valor justo das aplicações financeiras e não identificou variações significativas, determinadas por meio do modelo de negócios da Companhia, fato pelo qual não apresenta a comparação entre o valor de custo amortizado e o valor justo, visto que ambos são relativamente próximos.

4.2. Aplicações financeiras. Os saldos classificados como aplicações financeiras referem-se à: i) Carta Fiança em garantia contratual do segmento não térmico, cláusula 6.4, no valor de R\$ 7.839 (em 2022, 7.038); ii) Depósito para Reinvestimento de incentivo junto à SUDAM, no valor de R\$ 21.163 (em 2022, R\$ 13.772); iii) O valor de R\$ 714 (em 2022, R\$ 649) refere-se ao saldo remanescente da conta de pagamento previsto o Contrato OC 1902; e (iv) As aplicações financeiras são representadas por CDB remuneradas à taxa média de 102,01% do CDL:

31/12/2023 31/12/2022 7.038 13.772 Carta Fiança Garantia Não Térmico Reinvestimento SUDAM 21.16 Conta de Pagamento Total 5. Contas a receber 31/12/2023 31/12/2022 2.252.517 856.997 Amazonas Distribuidora de Energia S.a Amazonas Distribuidora de Energia S.a - CDD 2014 .215.414 461.460 9.724 17.779 Eletronorte Dutros PCE - Perda de Crédito Esperada (188) **3.124.294**

Circulante 2.632.49 2.620.72 Não Circulante Total 2.703.425 (a) Conforme mencionado na nota explicativa nº 5.1, os valores a receber relativos ao Instrumento de Confissão de Dívida (CCD 2014), celebrado entre a PETROBRAS e a Amazonas Energia, com a interveniência da ELETROBRAS, correspondentes às parcelas 119ª a 120ª, a vencer em janeiro de 2025 a fevereiro 2025, são classificados como ativo não circulante.

O saldo do contas a receber está representado pela composição a seguir, de

monstrada por idade de venciment	0.				
·		Aging-	list Venci	dos (dias)	
Clientes	A vencer	0 a 30	31 a 60	61 a 90	Total
Amazonas Distribuidora de Energia S.A	42.113	_	-	2.173.301	2.215.414
Confissão de dívida - CCD 2014	461.460	-	-	-	461.460
Eletronorte	9.724	-	-	-	9.724
Outros	16.827	-	-	952	17,779
PCE - Perda de Crédito Esperada	-			(952)	(952)
	530.124			2.173.301	2.703.425

Por força dos contratos de compra e venda de gás, item 10.7.2, do Aditivo Quinto, do Contrato OC 1902/2006, após transcorrido um dia do vencimento, os créditos não recebidos do segmento térmico são automaticamente cedidos à PETROBRAS, independentemente da realização de instrumento específico, conforme cláusula 15 do Contrato Upstream. As contas a receber do cliente tér

mico Amazonas Distribuidora de Energia S.A. incluem valores vencidos no final do exercício e que já foram cedidos para a PETROBRAS. Para esses créditos, a Companhia não constituiu perda estimada em créditos de liquidação duvidosa, considerando que os créditos foram cedidos

Jornal do Commercio

considerando que os creditos foram cedidos.

5.1. Instrumento de confissão de dívida – 2014

Diante da inadimplência da Amazonas Energia, operou-se a cessão de crédito, conforme previsto no item 10.7.2 do Contrato OC 1902/2006. PETROBRAS e Amazonas Energia, com a interveniência da ELETROBRAS, firmaram em 31 de dezembro de 2014 o Instrumento Particular de Confissão de Dívida e Carta-Compromisso ("Confissão de Dívida") para que os créditos da CIGÁS junto à Amazonas Energia tenham sua cobrança efetuada diretamente pela PETROBRAS. A CIGÁS não participou das tratativas de formalização do referido instrumento, bem como não foi signatária do presente. No entanto, tais operações ensejam para a CIGAS obrigações tributárias e financeiras registradas em seu passivo. 6. Créditos Contratuais

O contrato de compra e venda de gás natural, OC 1.902/2006, firmado entre a Companhia e seu cliente térmico, estabelece, na cláusula 3, um volume mínimo de compra diária de gás. Caso este volume não seja atingido, este deverá pagar à Companhia a diferença entre o valor mínimo contratado e o efetivamente consumido, conforme Cláusula 9.2.

	31/12/2023	31/12/2022
Ship or Pay - transporte	2.091.523	2.080.016
Direito de retirada de gás	14.503	21.728
Créditos contratuais	180.830	180.830
Take or pay - commodity	131.017	130.363
Penalidadé - PMRE	889	889
Margem Contratual	18.111	16.835
Take - Não Térmicos	559	462
Total	2.437.431	2.431.124
0: 1 1	0.400.007	0.400.000
Circulante	2.422.927	2.409.396
Não Circulante	<u>14.503</u>	21.728
Total	<u>2.437.431</u>	2.431.124
6.1 Obrigações nas enerações de	vonda do gás	<u> </u>

6.1. Obrigações nas operações de venda de gás.

O contrato de compra e venda de gás natural firmado entre a Companhia e seu cliente Eletronorte estabelece, na cláusula terceira, um volume mínimo de compras diária de gás. Caso este volume não seja atingido, a Eletronorte, deverá pagar à Companhia a diferença entre o valor mínimo contratado e o efetivamente consumido. O contrato ainda assegura o direito de recuperação, durante os 60 meses seguintes ao ano contratual, através de fornecimento de gás, dos valores pagos em decorrência de não ter sido atingido o volume mínimo de compra. Os pagos em decorrência de não ter sido atingido o volume mínimo de compra. Os volumes a serem recuperados deverão ser apurados pela diferença entre o volume efetivamente consumido e o volume mínimo de compra do ano contratual. Para 31 de dezembro de 2023, está registrado o valor de R\$ 14.503 já pago à PETROBRAS e que a CIGÁS tem o direito de retirada do gás natural em até 60

Em 31 de dezembro de 2023, os valores relativos à parcela do gás (take), do transporte (ship), da margem e da penalidade PRME, cobrados através de Cartas de Débitos, montam R\$ 2.422.927 (31 de dezembro de 2022, R\$ 2.409.396). 7. Impostos e contribuições a recuperar.
A seguir, o detalhamento dos impostos e contribuições a recuperar.

i 7 Gegan, o actamamento aos i	impostos e continbalções a recape	iui.
	31/12/2023	31/12/2022
Imposto de renda	23.701	17.250
Contribuição Social	2	2
COFINS	7.800	13.910
PIS	1.868	3.244
Outros	108	108
Total	33.481	34.515
Circulante	8.415	12.699
Não Circulante	25.066	21.816
Total	<u>33.481</u>	34.515
8. Imobilizado		

Corresponde aos contratos de locação de bens imóveis da Sede e do Depósito Fechado firmados, prorrogados ou renovados pela CIGÁS na figura de locatário (arrendatário), registrados a valor presente. Em consonância com o CPC 06-Arrendamentos, o ativo do direito de uso será depreciado com base no prazo do

	31/12/2023	31/12/2022
Dir. de uso - Aluguel de Bens Imóveis	14.939	11.776
(-) Depreciação Dir. Uso-Arrend. Imóveis	(4.313)	(3.053)
Tótal '	10.627	8.723
9. Intangível		
_	31/12/2023	31/12/2022
Rede de Distribuição - Tubulações	215.577	211.330
Edificações e Bendeitorias	3.097	3.016
Máquinas e Equipamentos	1.743	1.680
Móveis e Utensílios	376	361
Equip. de Processamento de Dados	717	844
Software	999	1.274
Veículos e Equipamentos de Transporte	-	-
Obras em Andamento	83.936	50.996
Estoque de Imobilizado	2.424	153
Total	308.870	269.653
		1

Esses alivos, em 31 de dezembro de 2023 e 2022, são compostos como segue.							
	Amortização a.a. %	2022	Adições	Transferências	Amortização	Baixas	2023
Rede de Distribuiçãp - Tributações	6,22%	211.330	1.165	26.416	(14.743)	(158)	224.010
Edificações e Benfeitorias	6,22%	3.016	281	-	(207)		3.090
Máquinas e Equipamentos	10%	1.680	265	(52)	(295)	(9)	1.589
Móveis e Utensílios	6,67%	361	82	-	(62)	(5)	376
Equip. de Processamento de Dados	20%	844	162	10	(289)	`-	727
Software	20%	1.274	27	-	(302)	-	999
Veículos e Equipamentos de Transporte	10%	-	-	-	-	-	-
Obras em Andamento		50.996	50.768	(25.973)	-	(64)	75.727
Estoque de Imobilizado		153	2.602	(401)			2.354
Total		269.653	<u>55.353</u>		(15.899)	(236)	308.870
O Contrato de Concessão para exploração dos serviços públicos de gás com-							

bustível canalizado, celebrado em 18 de novembro de 2002, entre o Poder Con cedente e a CIGÁS (concessionária), com término em 31 de janeiro de 2040, regulamenta os serviços públicos em tela da seguinte forma:

■ O contrato estabelece quais os serviços que o operador deve prestar e para quem os serviços devem ser prestados; ■ Extinta a concessão, revertem-se ao Poder Concedente todos os bens e servi-

■ Extinita a confessado, reverten-se ao Poder Confederite todos os bería e serviços vinculados à infraestrutura, mediante pagamento de uma indenização, prevista na cláusula 20.2, do contrato que estabelece indenização aos investimentos realizados nos últimos 10 anos anteriores ao término do contrato, corrigidos monetariamente pelo IGP – Índice Geral de Preço;

■ O preço é regulado através de mecanismo de tarifa com base em fórmulas paramétricas, bem como são definidas as modalidades de revisões tarifárias que devem sor sufficientes para centrica e que tos a ameditaçõe des investimentos en

devem ser suficientes para cobrir os custos, a amortização dos investimentos e a remuneração pelo capital investido. Com base nas características estabelecidas no contrato de concessão de distribuição de gás canalizado da Companhia, são atendidas as condições para a aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão, a qual fornece orientações sobre a contabilização de concessões de serviços

públicos aos seus operadores. cujo valor está representado pelo ativo intangível da Companhia, é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber: (a) parte através do consumo de gás canalizado pelos consumidores (emissão do faturamento mensal da medição de consumo de gás) durante o prazo da concessão; e (b) parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo de concessão, que será recebida direta mente do Poder Concedente, conforme cláusula 20 2 do contrato de concessão Esta indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos reali zados nos 10 (dez) anos anteriores ao término da concessão (31 de janeiro de 2040) atualizado monetariamente, conforme os critérios especificados no Con

A concessão da Companhia não é onerosa, desta forma, não há obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao Poder Concedente. A Companhia constituiu imposto de renda e contribuição social diferidos sobre a diferenca entre as normas contábeis e fiscais relativas a ajustes oriundos da ado ção inicial da Lei nº 12.973 (RTT – Regime Tributário de Transição), a qual será refletida nas apurações do lucro tributável até o final da concessão.

A Companhia iniciou suas operações comerciais em 1º dezembro de 2010 e,

a partir desse mês, também iniciou a amortização do intangível pelo prazo da

9.1. Análise do valor recuperável dos ativos. Foram realizados os cálculos do valor recuperável dos ativos, de acordo com o CPC 01 (IAS 36) do Conselho Federal de Contabilidade. Não foram identificadas evidências que requeressem ajustes para perda por redução do valor de recuperação do deu ativo parao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

10. Fornecedores

	31/12/2023	31/12/2022
Petrobras - Petróleo Brasileiro S.A - CDD (a)	461.460	856.997
Petrobras - Petróleo Brasileiro S.A	2.654.399	2.593.511
Outros	2.939	7.694
Total	3.118.798	3.458.202
Circulante	2.313.370	2.312.238
Não Circulante	805.428	1.145.964
Total	3.118.798	3.458.202
(-) 0 () 1 () 1 () (1.0

(a) Conforme mencionado na nota explicativa nº 5.1, os valores a pagar relativos às parcelas 119ª a 120ª da Confissão de Dívida, celebrada entre a PETROBRAS e a Amazonas Energia, com a interveniência da ELETROBRAS, em 2014, são classificados para o passivo não circulante.

31/12/2023	31/12/2022
1.950.843	1.936.432
14.795	22.520
171.553	171.553
115.862	115.269
774	774
2.253.826	2.246.548
2.239.032	2.224.027
14.795	22.520
2.253.826	2.246.548
e devido ao cont	rato reflexo de
	14.795 171.553 115.862 774 2.253.826 2.239.032 14.795 2.253.826

venda de gás ao segmento térmico, em 2006, a Companhia também assinou contrato de compra de gás natural firmado com o seu fornecedor Petróleo Bra-sileiro S.A. – PETROBRAS que estabelece, na cláusula 9, um volume mínimo diário de compras de gás. Caso este volume não seja atingido, a Companhia deverá pagar à PETROBRAS a diferença entre o valor mínimo contratual e o efetivamente consumido. Em 2006, a Companhia assinou contrato de compra e venda de gás natural

firmado com o seu fornecedor Petróleo Brasileiro S.A. – PETROBRAS que estabelece, na cláusula nona, um volume mínimo diário de compras de gás. Caso este volume não seja atingido, a Companhia deverá pagar à PETROBRAS a diferença entre o valor mínimo contratual e o efetivamente consumido. O contrato ainda assegura o direito de recuperação de parte do volume durante o ano contratual e a outra parte do volume durante os 60 meses do prazo contratual, através de fornecimente de gás de velores pagas em decorrência de não tor. através de fornecimento de gás, dos valores pagos em decorrência de não ter sido atingido o volume mínimo de compra. Os volumes a serem recuperados sido alingido o volume fillimilio de compra. Os volumes a serem recuperados deverão ser apurados pela diferença entre o volume efetivamente consumido e o volume mínimo de compra do ano contratual. Para 31 de dezembro de 2023, está registrado o valor de R\$ 14.795 já recebido da Eletronorte e que a CIGÁS tem a obrigação de entregar o gás natural em até 60 meses. Em 31 de dezembro de 2023, os valores relativos à parcela do gás (take), do transporte (ship) e da penalidade PRME, cobrados através de Cartas de Débitos, montam R\$ 2.239.032 (31 de dezembro 2022, R\$ 2.224.027).

12. Obrigações trabalhistas

31/12/2023	31/12/2022
2.391	2.422
1.976	1.976
15	56
393	332
439	420
110	106
74	46
5.397	5.358
	2.391 1.976 15 393 439 110

13. Impostos e contribuições a recolher		
PIS a Recolher COFINS a Recolher Imposto de Renda a Pagar CSLL a Pagar Outras Total	31/12/2023 662 3.116 19.314 3.339 3.073 29.504	31/12/2022 781 3.671 11.633 2.946 814 19.846
Circulante Não Circulante Total	10.190 19.314 29.504	8.213 11.633 19.846
A variação nos valores de PIS/COFINS e no		o com as Ações

14. Convênio eletrobras 31/12/2022 54.128 Principal Juros Provisionados Encargos Moratórios **Total**

Em 11 de dezembro de 2006, a Companhia assinou um Convênio de Cooperação Técnico-Financeira (ECV-205/2006) junto às Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – ELETROBRAS, Amazonas Distribuidora de Energia S.A. e Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. – Eletronorte. O objetivo deste convênio consistiu na viabilização por meio de participação técnica e financeira do projeto e implantação de Ramais Termelétricos, para a mudança da matriz energética do Estado do Amazonas, com a utilização do gás natural em substituição aos combustíveis líquidos derivados de petróleo, contribuindo para a diminuição do consumo de óleo combustível e redução da emissão de monóxido de carbono e redução dos custos da CCC-lsol. oustos da CCC-lsol.

Q referido instrumento prevê que os valores aportados pela ELETROBRAS O referido instrumento preve que os valores aportados pela ELETROBRAS—Centrais Elétricas Brasileiras—devem ser reembolsados pela Amazonas Distribuidora de Energia S.A. a partir do início da operação comercial dos ramais termelétricos que atendem aos Produtores Independentes de Energia—PIEs. Assim, da receita líquida auferida com o recebimento das parcelas dos Ramais Termelétricos, 70,74% deste valor será reembolsado durante o período de 96 meses para a Eletrobrás. Conforme previsto no Convênio de Cooperação Técnico-Financeira (ECV-205/2006), a data de conclusão era o mês de novembro de 2018

de 2018.

14.1. No período de dezembro de 2018 a outubro de 2019, não houve a cobrança das referidas parcelas dos ramais pela ausência de homologação pela ANEEL. Em novembro de 2019, foi publicada a Resolução Homologatória nº 2.637, de 12 de novembro de 2019, da ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica), o que permitiu à CIGAS a cobrança dos valores pertinente às Parcelas Ramais Termelétricos, retroagindo para o período de julho/2019 a maio/2025. As amortizações do saldo a pagar do Convênio ELETROBRAS, no valor de R\$ 141.193, dependem da adimplência da Amazonas Energia em relação às liquidações das parcelas vencidas do consumo pelos PIEs (Produtores Independentes de Energia). O valor de R\$ 1.833 é referente a títulos da Eletronorte a vencer.

15. Arrendamento

15. Arrendamento		
	31/12/2023	31/12/2022
Arrendamentos a pagar COFINS a Recolher	12.800	13.598
	(2.075)	(4.792)
Total	10.725	8.805
Circulante	1.148	893
Não Circulante	9.578	7.912
Total	10.725	8.805
0 1 6 3 1 1	~	~ 1 1

O valor refere-se às obrigações com os contratos de locação de bens imóveis da Sede e Depósito Fechado firmados pela CIGÁS na figura de locatário (arrendatário), registrados a valor presente, em consonância com o CPC 06 - Arren-

16. Patrimônio líquido

16.1. Capital social e mutação.					
31 de dezembro de 2023 e 2022					
	Qua	antidade de Açõe	S	Capital In	tegralizado
	Ordinárias	Preferenciais	Total	2023	2022
Manausgás S.A.	11.586.619	47.292.322	58.878.941	219.912	191.715
Estado do Amazonas	12.059.543	-	12.059.543	45.042	39.267
Total	23.646.162	47.292.322	70.938.484	264.954	230.982
O capital social integralizado até 31 de dezembro de 2023 é de R\$ 264.954 (31					

de dezembro de 2022, R\$ 230.982).
Conforme ata da Assembleia Geral Extraordinária, realizada no dia 14 de dezembro de 2023, o capital foi aumentado em R\$ 32.972, sem emissão de novas ações, mediante capitalização do saldo de reserva de incentivo fiscal do lucro

Cada ação ordinária terá direito a um voto nas deliberações das Assembleias As ações preferenciais não terão direito a voto e gozarão cumulativamente das

seguintes vantagens:

Prioridade no recebimento do dividendo mínimo obrigatório estabelecido no

Estatuto Social; Prioridade no reembolso do capital, sem prêmio em caso de dissolução da

16.2. Reserva legal

16.2. Reserva legal E constituída reserva legal em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e o Estatuto Social, na base de 5% do lucro líquido de cada exercício até atingir 20% do capital social. No exercício de 2023, a Companhia constituiu o montante de R\$ 8.422 (31 de dezembro de 2022, R\$ 5.717) de reserva legal. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar capital.

16.3. Reserva de incentivo fiscal
Conforme mencionado na nota explicativa nº 2.13.3, a parcela correspondente ao incentivo fiscal SUDAM apurado no exercício foi transferida para a reserva de incentivo fiscal dentro da reserva de lucros. Em 2023. o valor do incentivo de Re-

incentivo fiscal dentro da reserva de lucros. Em 2023, o valor do incentivo de Redução de 75% do IRPJ foi de R\$ 76.811, (31 de dezembro de 2022, R\$ 33.972). **16.4. Dividendos mínimos obrigatórios**

Aos acionistas está assegurado pelo Estatuto Social dividendo mínimo correspondente a 75% do lucro líquido apurado em cada exercício social, ajustado consoante a legislação em vigor A seguir detalhamos o cálculo apurado:

isoante a legislação em vigor. A seguir detainamos o calculo apurado:		
	31/12/2023	31/12/2022
Lucro Líquido	168.445	114.332
Constituição de Reserva Legal	(8.422)	(5.717)
Constituição de Reserva de Incentivo Fiscal Constituição de Reserva de Reinvestimento	(76.811)	(33.972)
Constituição de Reserva de Reinvestimento		`
Total	83.211	74.643
Dividendos minimos obrigatórios - 75%	62.409	55.982
T. (.) 1. 1	70 000 404	70 000 404
Total de ações ordinárias e preferenciais	70.938.484	70.938.484
Dividendos minimos obrigatórios por	0.8798	0.7892
Dividendos minimos obrigatorios por	0,0730	0,7032

A movimentação do saldo de dividendos a pagar está demonstrada a seguir: **31/12/2022** 55.982 31/12/2023 Dividendos Mínimos Obrigatórios Provisão de dividendos adicionais Pagamento de dividendos mínimos Pagamento de dividendos adicionais

17.214 Saldo em 31 de dezembro de 2021 Provisão de dividendos adicionais relativos a 2021
Pagamento de dividendos relativos a 2021
Pagamento de dividendos adicionais relativos a 2021
Dividendos mínimos obrigatórios de 2022
Provisão de dividendos adicionais intermediários relativos a 2022
Provisão de dividendos mínimos intermediários relativos a 2022 5.738 (17.214) (5.738) 55.982 8.095 Provisão de dividendos mínimos intermediários relativos a 2022 Provisão de dividendos adicionais intermediários relativos a 2022 (24.285) (8.095) 31.698 Saldo em 31 de dezembro de 2022 10.566 (31.698) (10.566) 62.409 10.007 (30.020) (10.007)

Provisão de dividendos adicionais relativos a 2022 Pagamento de dividendos relativos a 2022 Pagamento de dividendos adicionais relativos a 2022 Dividendos mínimos obrigatórios de 2023 Provisão de dividendos adicionais intermediários relativos a 2023 Provisão de dividendos mínimos intermediários relativos a 2023 Provisão de dividendos adicionais intermediários relativos a 2023 Saldo em 31 de dezembro de 2023

Em 28 de fevereiro de 2023, a Assembleia Geral aprovou o pagamento do saldo dos dividendos adicionais propostos pela Administração, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, no montante de R\$ 10.566. Em 10 de outubro de 2023, a Assembleia Geral aprovou opagamento de dividendos adicionais ao mínimo, relativo ao 1º semestre de 2023, no valor de R\$ 10.007. A Administração da Companhia decidiu, ad referendum da Assembleia Geral Ordinária, propor dividendos adicionais ao mínimo obrigatório no montante de R\$ 10.796, relativo ao lucro do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, e classificou esses dividendos em Reserva de Lucros, no patrimônio líquido.

31/12/2023 20.803 31/12/2022 18 661 Dividendos adicionais propostos Pagamento de dividendos adicionais **Total** Dividendos adicionais propostos por total de ações (ordinários e preferenciais) - em R\$ 0,2933 0,2631 17. Provisão para contingências trabalhistas, cíveis e fiscais. As provisões constituídas para processos trabalhistas, fiscais e cíveis são com-

31/12/2022 250.534 Depósitos judiciais - Reman Trabalhistas Cível Fiscais Total 501.554 Saldo em 31 de dezembro de 2021 Atualização do honorário de êxito

Atualização do nonorario de exito
Reversão/Constituição de provisão (Trabalhista/Civis)
Constituição de provisão - Ação PIS/COFINS - Exclusão do ICMS (ver nota 17.3)
Constituição de provisão - Ação PIS/COFINS - ZFM (ver nota 17.3)
Constituição de provisão de valores recebidos Reman (ver nota 17.4.2)
Atualização de provisão - Reman (ver nota 17.4.2) 7.663 53.925 21.438 12.243 597.088 Saldo em 31 de dezembro de 2022

16 (115,00) 42.255 236.830 Atualização do nonorario de exito
Reversão/Constituição de provisão (Trabalhista/Civis)
Constituição de provisão - Ação PIS/COFINS - Exclusão do ICMS (ver nota 17.3)
Constituição de provisão - Ação PIS/COFINS - ZFM (ver nota 17.3)
Constituição de provisão de valores recebidos Reman (ver nota 17.4.2)
Atualização de provisão - Reman (ver nota 17.4.2) 11.575 887.648 Saldo em 31 de dezembro de 2023

17.1. Trabalhistas e cíveis. A PCCM Construção e Montagem Ltda. ("PCCM") foi contratada pela CIGÁS

para prestação de serviços de consolidação do projeto básico e executivo, cons-trução, montagem, condicionamento, testes e comissionamento na rede de distribuição de gás natural e elementos de redes referentes aos ramais industriais do empreendimento intitulado de ramais industriais Aparecida Fase I da Cidade de Manaus/AM, incluindo o fornecimento de materiais e serviços. Em face da inexecução contratual por parte da referida Empresa (abandono do canteiro de obras, não pagamento de funcionários e outros), a Companhia formalizou distra-to do contrato, em outubro de 2012. Diante do não cumprimento das obrigações trabalhistas pela PCCM, os funcionários daquela Empresa, , moveram ações trabalhistas e, nas quais a CIGÁS fora chamada na qualidade de litisconsorte, em face de eventual responsabilidade subsidiária a ser verificada pelo Juízo. Situação semelhante se deu em relação à Empresa TECMASTER SERVIÇOS TÉCNICOS LTDA., contratada via licitação para prestar serviços de construção, montagem, testes e comissionamento e operação assistida, com tubulação em aço carbono, incluindo a instalação e partida das Estações de Medição e Regulagem de Pressão (EMRP), cujo contrato foi rescindido unilateralmente pela CIGAS no ano de 2021, em decorrência de inexecução da Contratada, gerando assim demandas trabalhistas em desfavor da CIGAS, que foi acionada subsidiariamente por vários ex-empregados da TECMASTER. O valor das ações tra-

32.389

252

balhistas e cíveis que a Companhia e seus assessores jurídicos avaliaram como provável de perda monta R\$ 381 (31 de dezembro de 2022, R\$ 262). Outros processos de natureza trabalhista e cíveis foram considerados pela Administração da Companhia, juntamente com a opinião de seus assessores jurídicos, como possível a perda nestas causas, que não constituíram provisão e que montam R\$ 51.483 (31 de dezembro de 2022, R\$ 47.236).

Edição nº **44.015**

17.2. Honorários de êxito A Companhia se defende de Auto de Infração movido pela Receita Federal relativo à exigência de imposto de renda, contribuição social sobre o lucro, contribuição para o programa de integração social – PIS e contribuição para financiamento da seguridade social – COFINS, referente a depósitos efetuados pela ELETROBRAS, pertinente ao Convênio ECV Nº 205/2006, os quais são considerados indevidos pela Administração da Companhia e pelos seus consultores jurídicos. Os honorá-

dicos da Companhia como sendo um percentual do valor do Auto, caso a Companhia obtenha êxito, isto é, honorários de sucesso. Devido ao fato de a Companhia e os seus consultores jurídicos classificarem tais causas como possível de perda, a Administração constituiu provisão sobre os respectivos honorários advocatícios, os quais, para 31 de dezembro de 2023, montam R\$ 281 (31 de dezembro de 2022, R\$ 265).

rios advocatícios sobre esses processos foram acordados com os consultores jurí-

17.3. Ações de PIS e COFINS

A CIGÁS, com base no reconhecimento do direito de exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS nas operações da Companhia, consoante re-percussão geral já reconhecida pelo STF, interpôs ação judicial em Mandado de Segurança, sob o nº 1016699-23.2019.401.3200, em trâmite na Justiça Federal. No que se refere ao processo em tela, registra-se que a Companhia já obteve o reconhecimento de seu direito em 1ª. instância, tendo sido interposto recurso de apelação pela Fazenda Nacional, que se encontra aguardando julgamento pela 8ª

E para reconhecimento do seu direito à desoneração de PIS/COFINS nas vendas para a Zona Franca de Manaus, a Companhia ajuizou novo processo (Ação Ordinária nº 1004358- 91.2021.4.01.3200), em trâmite na Justiça Federal, em que já obteve o reconhecimento do seu direito na 1ª. e 2ª. Instâncias, estando em curso o prazo para interposição de recurso para os Tribunais Superiores. Para os dois processos, em 31 de dezembro de 2023, os depósitos montam o valor de R\$ 598.971 no Ativo (31 de dezembro de 2022, R\$ 324.283), e no Passivo R\$ 624.878 (31 de dezembro de 2022, R\$ 345.793), mediante o regime de competência. Adicionalmente, a Companhia possui outros processos de natureza tributária no montante de R\$ 9.351 (2022, R\$ 8.831), mas que, com base na opinião de seus

assessores jurídicos, as chances de perda são possíveis, razão pela qual não se registrou qualquer provisão às demonstrações financeiras para 31 de dezembro

17.4. Ativos contingentes. 17.4.1. Construtora LJA

A Construtora LJA Ltda. foi contratada pela CIGÁS para efetuar a construção dos ramais termoelétricos, entretanto houve rescisão do contrato entre as partes devido à não entrega de tubos adquiridos pela CIGÁS. A Companhia move uma ação contra a Construtora no valor de R\$ 21.227 (em 2022, R\$ 20.079). O direito da Companhia já foi reconhecido judicialmente, estando o processo em fase de execução dos valores, e considerando que restou infrutífera a busca de bens em nome da Empresa executada. a Companhia ingressou com medidas incidentais. em 2017 e 2021, para desconsideração da personalidade jurídica, com vistas a garantir o valor da execução utilizando-se dos bens dos sócios, estas ações atualmente em curso.

17.4.2. Ação Judicial – Consumo REMAN.

A Companhia move uma ação de indenização contra as Empresas Petróleo Brasileiro S.A. – PETROBRAS e Petróleo Brasileiro S.A. – PETROBRAS REMAN no montante de R\$ 58.923, devido ao fornecimento de gás natural diretamente da PETROBRAS para a PETROBRAS REMAN, violando o direito de exclusividade da CIGÁS para o fornecimento de gás canalizado no estado do Amazonas. Em 19 de agosto de 2014, o Juízo da 1ª. Vara da Fazenda Pública Estadual de-

terminou a transferência, para conta de titularidade da CIGÁS, do montante de R\$ 63.191, a título de indenização por essa aquisição direta pela PETROBRAS/RE-MAN. O Juízo também determinou que a PETROBRAS transferisse mensalmente à CIGÁS o valor do respectivo consumo. Essas transferências vinham ocorrendo desde setembro de 2014, com base nos volumes apurados pela PETROBRAS S.A. e PETROBRAS REMAN, contudo, desde o consumo de dezembro de 2022 os pagamentos se encontram indevidamente suspensos pela Refinaria, o que já foi objeto de comunicação e pedido de providências ao juízo por parte da CIGÁS. Considerando que ainda não houve o trânsito em julgado da ação, a Companhia provisionou este montante até o momento em que o processo estiver finalizado (transitado em julgado). Tais valores são atualizados pelo IPCA, mesmo indexador utilizado para a atualização da tarifa anual do gás térmico, considerando o volume consumido pela REMAN. Em 31 de dezembro de 2023, o saldo deste processo devidamente atualizado é de R\$ 262,109 (31 de dezembro de 2022, R\$ 250.534).

17.4.3. Ação Judicial – PETROBRAS.

O valor de R\$ 739.403 (31 de dezembro de 2022, R\$ 684.401) correspondente ao depósito judicial dos valores refere-se à transferência da conta de pagamento para a Ação judicial nº 0616259-11.2015.8.04.0001, que reconhece o direito da CIGÁS de utilizar os recursos depositados na referida Conta para quitação de suas brigações contratuais.

17.4.4. Supremo Tribunal Federal ("STF") muda entendimento relacionado com a coisa julgada em matéria tributária

Em 08 de fevereiro de 2023 o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou os Temas 881 – Recursos Extraordinário n° 949.297 e 885 – Recurso Extraordinário n° 955.227. Os ministros que participaram destes temas concluíram, por unanimidade, que decisões judiciais tomadas de forma definitiva a favor dos contribuintes devem ser anuladas se, depois, o Supremo tiver entendimento diferente sobre o tema. Ou seja, se anos atrás uma Empresa conseguiu autorização da Justiça para deixar de recolher algum tributo, essa permissão perderá a validade automaticamente se, e quando, o STF entender que o pagamento é devido. A Administração avaliou com os seus assessores jurídicos internos e externos os

possíveis impactos desta decisão do STF e concluiu que a decisão do STF não resulta, baseada em avaliação da Administração suportada por seus assessores jurídicos atraves de parecer emitido, e em consonância com o CPC25/IAS37 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e o CPC24/IAS10 Eventos Subsequentes, em impactos significativos em suas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2023

18. Receita líquida			
•	31/12/2023	31/12/2022	
Receita Bruta Receita com venda Receita de cláusula de take or pauship or pay, margem e PRME Receita de serviço de construção (vide nota explicativa nº 2.12.1) Total da Receita	3.181.827 505.728 55.353 3.742.908	2.808.619 598.366 46.431 3.453.416	
C-) Deduções PIS sobre Vendas COFINS sobre vendas Devoluções e Abatimentos Receita Liquida	(60.653) (279.370) (411) 3.402.474	(56.001) (257.945) (733) 3.138.737	

19. Custos e despesas por natureza Conforme requerido pelo CPC 26 (R1), apresenta-se a seguir o detalhamento da demonstração do resultado por natureza:

	31/12/2023	31/12/2022
Custo do gás vendido	(2.694.882)	(2.391.233)
Custo dos serviços de construção (vide nota explicativa nº2.12.1)	(55.353)	(46.431)
Custo de cláusulas de take or pay/ ship or pay/ PRME	(443.212)	(519.141)
Amortização do intangível, arrendamento e do diferido	(15.568)	(14.065)
Despesas com pessoal	(26.296)	(23.720)
Serviços de terceiros	(10.186)	(10.340)
Aluguéis	(704)	(531)
Despesas gerais	(5,219)	(3.792)
Perdas de ativo imobilizado (intangível)	(174)	(983)
Perdas Processo Judicial	(378)	(404)
Perdas no Recebimento de Créditos	(2.739)	(401)
Serviços públicos	(844)	(880) (319)
Viagens Material de uso e consumo	(898)	(545)
Impostos e taxas	(3.768)	(703)
Outras	(3.700)	(105)
Total	(3.260.498)	(3.013.188)
Total	(OIZOOT TOO)	(010 101100)
Classificados como		
Custo dos produtos vendidos	(3.153.662)	(2.924.439)
Custo dos serviços de construção	(55.353)	(46.431)
Despesas gerais e administrativas	(48.179)	(40.829)
Outras receitas (despesas)	(3.305)	(1.489)
Total	(3.260.498)	(3.013.188)
20. Resultado financeiro	· ·	
O resultado financeiro da Companhia apresenta a seguinte	e composicã	io:
	e composiç <i>a</i> 12/2023	31/12/2022

Receita atualização Ação PB	55.001	50.079
Outras receitas financeiras	2.814	1.838
Total de Receitas Financeiras	85.455	78.808
Despesa Financeira Juro por pagamento em atraso Encargos Eletrobras Encargos Remam Encargos Ação PB Outras despesas financeiras Total de Despesas Financeiras	(20.491) (11.575) (55.001) (1.306) (88.373)	(19.091) (12.243) (50.079) (960) (82.373)

(2.918)Total do resultado financeiro A variação do resultado financeiro, intercorre principalmente, das atualizações das ações judiciais e do rendimento das aplicações financeiras; ambas possuem como parâmetro balizador a Taxa Selic, que apesar da sensível redução em 2023, se

manteve em patamares acima da inflação 21. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido. 21.1. Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

Refeitas Financeiras Receita por recebimento em atraso Rendimento de aplicação financeira

PIS/COFINS sobre a receita financeira

121.1. Imposto de Renda e Continbulção Cociai Diferidos		
Ativos	31/12/2023	31/12/2022
Refeitas Financeiras		
Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais	75.214	63.505
Provisão para perda de crédito - Processo LJA	9.311	9.311
Provisão para pagamento de participação nos lucros e resultados	2.391	2.422
PCE - Perdas de Crédito Esperada	952	188
Provisão Despesas Indedutíveis		
Depósito Judícial - Ação PIS/COFINS	633.701	<u>354.616</u>
Total das provisões temporárias	721.569	430.043
Alíquota combinada de imposto de renda e Contribuição Social	34%	34%
Imposto do rondo o Contribuição Cosial diferidas a/ provisãos tempos árias	245.333	146.215
Imposto de renda e Contribuição Social diferidos s/ provisões temporários	240.000	140.213
Imposto diferido Ativo	245.333	146.215
Refere-se aos valores que compõem a base de cálculo do	Imposto d	le Renda e

Contribuição Social diferido ativo. Vide nota explicativa nº 17. Passivos
Impostos diferidos 31/12/2023 31/12/2022 IRPJ e CSLL sobre lucros não realizados (A IRPJ e CSLL sobre ajuste Lei 12.973/14 (B)

Impo	sto diferido líquido	206.045
Este	documento foi assinado digitalmente por	

Imposto Diferido Passivo

Jornal do Comercio LTDA

(A) A Companhia constituiu provisão de tributos diferidos calculados sobre os lucros e receitas não recebidas nas operações de distribuição de gás para o segmento térmico, de acordo com o artigo 480 do Decreto nº 9.580, de 22 de

(B) O ajuste foi relativo à diferença entre a depreciação do imobilizado e a amortização do intangível, conforme nota explicativa nº 9. Na constituição dos tributos diferidos ativos e passivos, foi utilizada a alíquota combinada de imposto de renda e contribuição social de 34% para os ajustes

que afetam apenas o lucro real (provisões temporárias e lucros). Efeitos no Demonstrativo de Resultado

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos e passivos foram registrados no resultado do exercício conforme a seguir discriminado:
31/12/2023 31/12/2023

Constituição de imposto de renda e contribuição social ativo Constituição/reversão de imposto de renda e contribuição social passivos Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos registrados no resultado A variação 2023 versus 2022 refere-se à constituição das provisões em razão das Ações de PIS e COFINS.

21.2. Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social. A seguir demonstra-se a composição do imposto de renda e da contribuição

Lucro antes do imposto de renda e contribuição social Alíquotas normais - % Impostos calculados à alíquota nominal	31/12/2023 139.057 34% (47.279)	31/12/2022 121.985 34% (41.475)
Adições e Exclusões Imposto de Renda e Contribuição Social - Corrente Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferido Incentivo fiscal do lucro da exploração Incentivo fiscal PAT e Reinvestimento Incentivo fiscal Lei Rouanet	(104.481) (151.760) 103.984 76.811 153 200	(30.603) (72.078) 30.327 33.972 127

22. PIS e COFINS diferidos PIS e COFINS Diferidos incidentes sobre as receitas de fornecimento de gás natural para o segmento térmico, conforme previsto no artigo 717, IN RFB Nº 1.911/2019 e demais legislações, cujo pagamento das contribuições ocorre pelo

29.388

(7.652)

, ,	31/12/2023	31/12/2022
PIS Diferidos	68.890	75.509
COFINS Diferidos	317.313	347.798
Total	386.204	423.306
Circulante	384.444	381.970
Não Circulante	1.760	41.337
Total	386.204	423.306
23. Partes Relacionadas.		

23.1. Remuneração da Administração.

recebimento do Cliente (Regime de Caixa).

Despesa com imposto de renda e contribuição social

A remuneração dos administradores para os exercícios findos em 31 de dezem

bio de 2023 e de 2022 e representad		
·	31/12/2023	31/12/2022
Honorários e encargos sociais	2.710	2.340
Total	2.710	2.340
24 Cohertura De Seguros		

O quadro a seguir apresenta os principais valores em risco com coberturas de

seguros irmados pela Compannia:					
Riscos	Valor da Cobertura	Vencimento			
Responsabilidade civil de administradores	10.000	13/06/2024			
Responsabilidade civil geral	25.000	09/06/2024			
Responsabilidade operativa de dutos de gás e outros	75.241	11/06/2024			
OF Instruments Sugar since					

 a) Considerações Gerais
 No curso normal de suas operações, a Companhia está exposta a riscos de mercado – taxa de juros, risco de crédito e risco de liquidez. O Conselho de Administração e a Diretoria Executiva determinam as estratégias a serem adotadas a cada circunstância e riscos inerentes.

b) Gestão do risco da taxa de juros.

risco de redução da rentabilidade decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta das flutuações nas taxas de juros. A Companhia possui aplicações financeiras expostas a taxas de juros flutuantes vinculadas à variação do CDI – Certificado de Depósito Interbancário, conforme detalhado na nota explicativa nº 4.

c) Gestão do risco de crédito O risco de crédito refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir com suas obrigações contratuais, levando a Companhia a incorrer em perdas financeiras. A Companhia adotou a política de apenas negociar com contrapartes que possuam capacidade de crédito e obter garantias suficientes, quando apropriado, somente como meio de mitigar o risco de perda financeira por motivo de inadimplência. Devido às características das operações da Companhia, inerentes ao mercado do segmento de gás natural, ela concentra 92% de suas vendas para um único cliente, que é a Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A ("Eletronorte"), para

suprimento de gás para 12 termoelétricas. d) Gestão do risco de liquidez. A responsabilidade pelo gerenciamento do risco de liquidez é do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva, que elaboraram um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos.

A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos da Companhia e os prazos de amortização contratuais. As tabelas foram elaboradas de acordo com os fluxos de caixa dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações

	Aging- list Vencidos (dias)					
Fornecedores	A vencer	0 a 30	31 a 60	61 à 90	Total	
Fornecedores	3.000	-	-	2.651.399	2.654.399	
Outras contas a pagar	2.836	-	-	103	2.939	
Confissão de dívida - CDD (*)	461.460	-	-	-	461.460	
Convênio Eletrobras		-	-	143.026	143.026	
Total	467.296			2.794.528	3.261.824	
(*) Conforme notas explicativas nº 5.1 e 5.2, o crédito relativo à CCD foi cedido						
pela CIGÁS à PETROBRAS. Por força contratual, o saldo devedor será quitado						

diretamente pela Amazonas Energia para a PETROBRAS Conforme notas explicativas nº 1, 5, 6, 10 e 11, devido às ca tuais das operações da Companhia para a distribuição de gás para termelétricas, o contrato de compra e venda de gás é conexo ao contrato de fornecimento de gás. Os valores a pagar à PETROBRAS estão atrelados ao recebimento dos valores correspondentes da Centrais Elétricas do Norte do Brasil ("Eletronorconforme previsão contratual, item 10.7.2, do Ativo Quinto, do Contrato OC

1.902/2006. Após transcorrido um dia do vencimento, os créditos não recebidos

da Eletronorte pela CIGÁS são automaticamente cedidos à PETROBRAS, independentemente da realização de instrumento específico.

e) Gestão do risco de capital A Companhia administra seu capital para assegurar a continuidade de suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximiza o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio. A estratégia geral da Companhia não sofreu alteração. A estrutura de capital da Companhia é formada pelo patrimônio líquido do Grupo (que inclui capital emitido, reservas e lucros acumulados, conforme

f) Valor justo dos instrumentos financeiros		
Indice de alavancagem financeira - %	<u>-31%</u>	-57%
Patrimônio Líquido	398.403	312.939
Dívida de convênio (-) Caixa e equivalentes de caixa e aplicações Dívida Líquida	70.292 (193.222) (122.930)	62.212 (241.636) (179.424)
apresentado na nota explicativa nº 16):	31/12/2023	31/12/2022

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros referentes aos ativos e passivos da Companhia equivalem, em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, aproximadamente, aos seus valores de mercado e estão devidamente apresentados. Os efeitos de ganhos e perdas são reconhecidos no resultado à medida que são auferidos e incorridos

A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos 26. Transações Não Envolvendo Caixa

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia realizou as seguintes operações não envolvendo caixa, portanto, estas não estão refletidas na demonstração dos

31/12/2022 33.972 31.698 **31/12/2023** 76.811 Contabilização de reservas Provisão para pagamento de dividendos 27 Eventos subsequentes Não foram registrados eventos subsequentes, até o momento do encerramento das demonstrações financeiras referentes ao exercício de 2023

28. Autorização para emissão das demonstrações financeiras Os Administradores da Companhia examinaram o conjunto completo de suas demonstrações financeiras, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, e concluíram que as referidas demonstrações traduzem com propriedade sua posição patrimonial e financeira, encaminhando-as para aprovação da As-

PARECER DO CONSELHO FISCAL DE 19 DE FEVEREIRO DE 2024.

1. O Conselho Fiscal da COMPANHIA DE GÁS DO AMAZONAS - CIGÁS, no exercício de suas funções legais e estatutárias, em reunião realizada nesta data, 19/02/2024, examinou, com base no art. 43. II. do Estatuto Social da Cigás e art. 163. VII. da Lei nº 6.404/1976, as Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e do Relatório dos Auditores Independentes, emitido em 02/02/2024, pela empresa BDO AUDITORES INDEPENDENTES sobre as referidas Demonstrações Financeiras;

2. Foram verificadas, também, as propostas para destinação do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2023. O Lucro Líquido do exercício foi de R\$ 168.444.871,53 (cento e sessenta e oito milhões, quatrocentos e quarenta e quatro mil, oitocentos e setenta e um reais e cinquenta e três centavos), que foi levado à conta dos lucros acumulados, que restou contabilizado da seguinte forma: I) Constituição de um fundo de reserva: previsto no art. 45, do Estatuto Social, no montante de R\$ 8.422.243,58 (oito milhões, quatrocentos e vinte e dois mil, duzentos e quarenta e três reais e cinquenta e oito centavos), correspondente a 5% (cinco por cento) do lucro do exercício, contabilizado na conta da reserva legal; II) Constituição de um Fundo de Reserva de Incentivo Fiscal: no valor de R\$ 76.811.267,62 (setenta e seis milhões, oitocentos e onze mil, duzentos e sessenta e sete reais e sessenta e dois centavos), referente ao Benefício de 75% (setenta e cinco por cento) de Imposto de Renda sobre o lucro da exploração do exercício de 2023, previsto no art. 19, §3º, do Decreto-Lei nº 1598/1977; III) Dividendos: A base de cálculo dos dividendos do exercício de 2023 é na ordem de R\$ 83.211.360,33 (oitenta e três milhões, duzentos e onze mil, trezentos e sessenta reais e trinta e três centavos), conforme previsto no art. 46 do Estatuto Social e no disposto no art. 202, da Lei 6.404/76, sendo o montante de R\$ 62.408.520,25 (sessenta e dois milhões, quatrocentos e oito mil, quinhentos e vinte reais e vinte e cinco centavos), correspondente a 75% (setenta e cinco por cento) do lucro

líquido do exercício 2023, referente aos dividendos mínimos obrigatórios, e o montante de R\$ 20.802.840,08 (vinte milhões, oitocentos e dois mil, oitocentos e quarenta reais e oito centavos), correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro do exercício de 2023, contabilizado na conta de Reserva de Retenção de Lucros. Do montante dos dividendos R\$ 83,211,360,33 (oitenta e três milhões, duzentos e onze mil, trezentos e sessenta reais e trinta e três centavos), foram pagos em 17/10/2023 a quantia de R\$ 40.026.422,66 (quarenta milhões, vinte e seis mil, quatrocentos e vinte e dois reais e sessenta e seis centavos), conforme ata da Assembleia Geral Extraordinária do dia 10/10/2023, sendo R\$ 30.019.817,00 (trinta milhões, dezenove mil, oitocentos e dezessete reais) referente a 75% (setenta e cinco por cento) dos dividendos mínimos obrigatórios e R\$ 10.006.605,66 (dez milhões, seis mil, seiscentos e cinco reais e sessenta e seis centavos) correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro do exercício de 2023, da reserva de lucros. Do saldo do lucro não distribuído de R\$ 43.184.937,67 (quarenta e três milhões, cento e oitenta e quatro mil, novecentos e trinta e sete reais e sessenta e sete centavos), o montante de R\$ 32.388.703,25 (trinta e dois milhões, trezentos e oitenta e oito mil, setecentos e três reais e vinte cinco centavos) corresponde a 75% (setenta e cinco por cento) dos dividendos mínimos obrigatórios, e o montante de R\$ 10.796.234,42 (dez milhões, setecentos e noventa e seis mil, duzentos e trinta e quatro reais e quarenta e dois centavos), corresponde a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro do exercício constituído como fundo de reserva de retenção de lucros. A Assembleia Geral Ordinária deverá se manifestar sobre a destinação desta reserva retida, conforme art. 9º., II, do Estatuto Social. Com base nos exames efetuados e à vista do parecer emitido em 02/02/2024 pela empresa BDO AUDITORES INDEPENDENTES, o Conselho Fiscal opina favoravelmente à aprovação das propostas formuladas pelos membros da Administração, incluindo as Demonstrações Financeiras referentes ao Exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

Manaus, 19 de fevereiro de 2024. VIVIANE VIEIRA DE Assinado de forma digital SOUZA:995368971 por VIVIANE VIEIRA DE SOUZA:99536897172

ANA GLADSS VERAS DA SILVA AMORIM **VIVIANE VIEIRA DE SOUZA** Conselheira Conselheira

TEIXEIRA

HELOYSA SIMONETTI TEIXEIRA

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

ANA GLADSS VERAS A

AMORIM:26644649300 Dado

Quotista e Administradores da Companhia De Gás Do Amazonas - CIGÁS

Manaus - AM

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis da Companhia De Gás Do Amazonas - CIGÁS ("Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia De Gás Do Amazonas - CIGÁS o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Empresa de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no código de ética profissional do contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidade da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accouting Standards Board (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por frau-

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis a não ser que a Administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações. ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das ope-Os responsáveis pela governança da Empresa são aqueles com responsabilida-

de pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorcões relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

■ Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas

■ Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa;

■ Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração; ■ Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil

de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional;

■ Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Manaus, 02 de fevereiro de 2024.

BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda. CRC 2 SP 013846/O-1 - S - AM

5 Esmir de Oliveira Contador CRC 1 SP 109628/O-1 - S - AM

> Marco Antônio Oliveira Villela Hermano Darwin Vasconcellos Mattos Presidente Vice-presidente Demais membros: André Gustavo Lins de Macedo Heraldo Beleza da Câmara José Jhones Correa Lima Maria Goreth dos Santos Vieira

MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Roberto de Menezes Pedroso

MEMBROS DA DIRETORIA Heraldo Beleza da Câmara **Diretor-Presidente** José Ricardo dos Santos Neto Diretor Administrativo- Financeiro Clovis Correia Junior

Diretor Técnico e Comercial

CONTADORA Jeane de Araújo Braga Góes Contadora CRC: AM-011820/O-2



5.309 **44.154**

102.061

Jornal do Commercio

SWEDISH MATCH DA AMAZÔNIA S.A - CNPJ: 05.458.096/0001-50 SWEDISH MATCH DA AMAZÔNIA S.A Balanço patrimonial Exercícios findos em 31 de dezembro Em R\$ mil **Ativo** Nota 2023 2022 Passivo e patrimônio líquido Nota 2023 2022 Circulante Circulante Caixa e equivalentes de caixa 7.059 2.317 Fornecedores 302 395 Contas a receber 3.815 5.573 Obrigações sociais e trabalhistas 337 327 Estoques 2.1 11.663 9.957 Benefícios a empregados 2.835 2.143 Arrendamentos a pagar Tributos a recuperar Outros ativos 145 70 Tributos a recolher 38 299 25.518 20.060 Partes relacionadas 1.759 74 Verbas de contratos a pagar 307 323 Outros passivos 817 5 3.560 1.422 Não circulante Não circulante Realizável a longo prazo Arrendamentos a pagar 3.572 5 Tributos a recuperar **Tributos Diferidos** Depósitos judiciais 9.766 9.608 Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas 2.3 9.399 8.925 13.338 9.608 9.404 8.925 Total do passivo 12.963 10.347 Imobilizado Patrimônio líquido 2.2 881 643 Capital social 881 643 3 10.077 10.077 Reserva de capital 29 29 16.668 9.858 Reserva de lucros 26.774 19.963 Total do passivo e patrimônio líquido Total do ativo 39.737 30.311 39.737 30.311 Demosntração do resultado do exercício e do resultado abrangente Demosntração do fluxo de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro Exercícios findos em 31 de dezembro Em R\$ mil Em R\$ mil 2022 2023 2022 2023 Lucro líquido do exercício 8.811 4.852 23.303 21.058 Receita líquida de vendas dos produtos vendidos e serviços prestados Ajustes de itens que não representam alteração de caixa e equivalentes de caixa (14.869)(14.218)Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados 155 164 Depreciação e amortização Lucro bruto 8.434 6.840 Provisão para créditos de liquidação duvidosa (15)(0)(12) Provisões para perdas dos estoques e ajuste a valor presente (24)Despesas operacionais Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis 4 226 Imposto de renda e contribuição social diferidos Com vendas (1.407)(924)5.219 8.946 Gerais e administrativas (1.067)(967)117 Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas 1.731 Decréscimo (acréscimo) em ativos (1.774)(743)Contas a receber de clientes 1.758 (1.461)Estoques (1.682)(1.324)Lucro operacional 7.691 5.067 Tributos a recuperar (4.264)(712)Depósitos judicias 315 (49)Resultado financeiro, líquido Demais créditos e outros ativos (7) 39 Despesas financeiras (6)Acréscimo (decréscimo) em passivos 3.266 238 Receitas financeiras (94)(19)Variações monetárias e cambiais, líquidas (14)715 Remuneração e encargos sociais 10 69 3.246 991 (260)Impostos e taxas a recolher 299 Lucro antes do imposto de renda e da Outros passivos 813 (235)contribuição social 10.937 6.058 Partes relacionadas 1.685 (2.290)Verbas de contratos a pagar (16)(21)Imposto de renda e contribuição social (2.122)Caixa líquido proveniente das atividades operacionais Corrente (980)7.135 (530)Diferido (4) (226)Fluxo de caixa das atividades de investimento Aquisição de imobilizado (116)Lucro líquido do exercício 8.811 4.852 Venda e/ou baixa de ativos não circulantes Lucro por ação em R\$ Caixa liquido proviniente das (aplicado em) atividades de investimento Fluxo de caixa das atividades de financiamento Resultado abrangente Pagamento da distribuição de lucros e JCP (2.000)2022 Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos (2.000)2023 Lucro líquido do exercício 8.811 4.852 Acréscimo em caixa e equivalentes de caixa 4.741 (647)Outros componentens do resultado abrangente Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício 2.317 2.964 Total do resultado abrangente do exercício 8.811 4.852 Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício 7.059 2.317 SWEDISH MATCH DA AMAZÔNIA S.A Demonstração das mutações no patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro Em R\$ mil Reservas de lucro Reservas de capital Correção **Capital social** monetária de Subvenção para Retenção de Lucros (prejuízos) subscrito Reserva legal capital investimento acumulados lucros Total Em 31 de dezembro de 2021 10.077 29 138 2.410 2.457 15.111 Lucro do exercício 4.852 4.852

NOTAS EXPLICATIVAS AS DEMONS-TRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022.

Em 31 de dezembro de 2023

Apropriação às reservas de lucros

Apropriação às reservas de lucros

Outros resultados abrangentes

Outros resultados abrangentes

Em 31 de dezembro de 2022

Distribuição de lucros

Lucro do exercício

Distribuição de lucros

Distribuição de JCP

1. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRA-ÇÕES FINANCÉIRAS - Declaração de conformidade - As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pro-

nunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC. A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela Administração na sua gestão. 2. PRINCIPAIS PO-LÍTICAS CONTÁBEIS - 2.1 Estoques - Os estoques são mensurados pelo menor va-

10.077

lor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no custo médio de aquisição ou produção e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas, 2.2 Imobilizado - Itens do imobilizado são men-

surados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável ("impairment") acumulado, quando existentes e acrescido de correção monetária até 31 de dezembro de 1995. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não são depreciados. 2.3 Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas - A Empresa é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais decorrentes do curso normal de suas operações, envolvendo, basicamente, questões tributárias. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações

4.852

8.811

(2.000)

14.120

(4.852)

8.811

(8.811)

em curso, durante o exercício de 2023, em conformidade também com os depósitos judiciais registrados sob o mesmo âmbito. 3 Capital Social em 31.12.2023 estava representado por 3.599.560 ações ordinárias e 431.069 ações preferenciais, todas sem valor nominal. Manaus, 31 de dezembro de 2023. Allan Pahl Carpes - Diretor Presidente | José António da Conceição Gonçalves - Diretor. Altair Brito - Diretor | Luan Soares Cella - Contador - CRC-PR 071314/O-8

19.963

8.811

26.774

